

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2024

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU, por intermédio do pregoeiro, designado pela Portaria nº 13, de 11 de janeiro de 2024, nos termos das disposições contidas na Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 outubro de 1988, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Resolução nº 01, de 25 de fevereiro de 2022, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e legislação correlata, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para Registro de Preços com vistas à futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros, da Câmara Municipal de Caçu, conforme as especificações e os quantitativos constantes deste edital, mediante o Sistema de Registro de Preços (SRP).

I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL

1.1 – A abertura desta licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo pregoeiro, a ser realizada conforme indicado a seguir, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital.

1.2 – No dia **03/05/2024**, às **08 horas e 40 minutos**, será feita a abertura da sessão pública, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Caçu, situada à Rua Tibúrcio Siqueira Gama, nº 55, Setor Morada dos Sonhos, Caçu/GO, CEP: 75813-000.

1.3 – Todas as referências de tempo neste edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas na documentação relativa ao certame.

1.4 – O credenciamento, a proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em **3 envelopes pardos, fechados e indevassáveis**, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

a)
À CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU
ENVELOPE Nº 1 – CREDENCIAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2024
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

b)
À CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU
ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2024
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

c)
À CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU
ENVELOPE Nº 3 – HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2024

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

II – DO OBJETO

2.1 – Esta licitação tem por objeto Registrar os Preços, para a futura e eventual aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros, da Câmara Municipal de Caçu, conforme as especificações e os quantitativos constantes no **Módulo I, Anexo Único (Termo de Referência)**.

III – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1 – Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio do correio eletrônico licitacaoecompras@cacu.go.leg.br.

3.2 – As impugnações deverão ser dirigidas ao pregoeiro por quem tenha poderes para representar a licitante ou por qualquer cidadão que pretenda impugnar o ato convocatório nesta qualidade.

3.3 – O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

3.4 – Acolhida a impugnação contra o ato convocatório que implique sua modificação, será divulgada nova data para realização do certame, da mesma forma em que se deu a divulgação do texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

3.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.cacu.go.leg.br, por meio do link https://acessoainformacao.cacu.go.leg.br/cidadao/informacao/licitacoes_cnt, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas e vinculação dos participantes e da administração.

3.6 – A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.

IV – DO CREDENCIAMENTO

4.1 – O credenciamento das licitantes interessados ocorrerá enquanto o pregoeiro estiver realizando a fase de credenciamento dos presentes, sendo que a partir do momento de iniciada a abertura dos envelopes de proposta não serão aceitos a participação, credenciamento e recebimento de envelopes de licitantes retardatários.

4.2 – Para o credenciamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos, **dentro de um envelope pardo e lacrado, conforme especificações da alínea “a” do item 1.4 deste edital (ENVELOPE Nº 1 – CREDENCIAMENTO):**

- a) Tratando-se de representante legal, cópia do estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial com a devida aptidão para comercializar o objeto licitado, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, a cópia do ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a" supra, que comprove os poderes do mandante para a outorga. **Serão admitidos pelo pregoeiro erros de digitação na formulação da procuração, tais como: troca de identificação de edital, número do edital, modalidade do edital. A procuração em questão deverá estar com firma reconhecida em cartório por Tabelião de Notas competente, e sendo apresenta por fotocópia, que a mesma seja devidamente autenticada;**
- c) Cópia de um documento válido com foto, contendo o número do RG, do(s) representante(s) legal(is) e, quando for o caso, de seu procurador;
- d) Cópia de um documento válido, contendo o número do CPF, do(s) representante(s) legal(is) e, quando for o caso, de seu procurador;
- e) Certidão, atualizada, emitida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro, certificando a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, visando o exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/2006.

4.3 – **Todas as cópias dos documentos exigidos nesta cláusula deverão ser entregues juntamente com os originais (estes fora do envelope) para que sejam autenticadas pela Comissão de Contratação, salvo as certidões e documentos emitidos eletronicamente.**

4.3.1 – **O disposto neste item não se aplica à alínea “b” do item 4.2.**

4.3.2 – **Fica a critério da licitante que, em substituição à autenticação feita pela Comissão de Contratação, as cópias dos documentos sejam autenticadas em cartório, hipótese esta em que os originais não serão necessários.**

4.4 – **Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.**

4.5 – **A ausência do representante em qualquer momento da sessão importará a imediata exclusão da respectiva credenciada, salvo autorização expressa do pregoeiro.**

V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP

5.1 – **Poderão participar deste pregão presencial as empresas que:**

5.1.1 – **Atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital.**

5.1.2 – Manifestem que cumprem plenamente os requisitos de habilitação de acordo com as exigências do edital.

5.1.3 – Para a participação serão adotados os critérios estabelecidos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar n. 123/2006 e no Decreto n. 8.538/2015, com ressalva para os casos previstos nos incisos I e II, do § 1º, do art. 4º, da Lei n. 14.133/2021.

5.2 – Não poderão participar deste certame, licitantes interessadas e enquadradas em qualquer das seguintes hipóteses:

5.2.1 – Impedidas de contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, direta e indireta, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

5.2.2 – Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública de todos os entes federativos, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

5.2.3 – Os impedimentos de que tratam os itens 5.2.1 e 5.2.2 também serão aplicados às licitantes que atuem em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

5.2.4 – Interessadas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.2.5 – Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.2.6 – Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.2.7 – OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Acórdão TCU n. 746/2014 – Plenário – TC 021.605/2012-2 e acórdão TCU n. 2.426/2020 – Plenário).

5.2.7.1 – Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar deste pregão presencial desde que sejam observadas as exigências contidas no art. 16 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

5.2.8 – Empresas que possuam em seu quadro societário pessoa detentora de mandato de vereador, desde sua diplomação, nos termos da alínea “a”, do inciso I, do art. 54 combinado com o inciso IX, do art. 29, ambos da Constituição Federal;

5.2.9 – Empresas que possuam registro de impedimento de contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça.

5.2.10 – Empresas cujo objeto social, expresso no estatuto ou contrato social, seja incompatível com o objeto desta licitação.

5.2.11 – Empresa em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

5.2.11.1 – A empresa em recuperação judicial poderá participar do certame desde que apresente plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida.

5.2.11.2 – A empresa em recuperação judicial que comprovar o disposto no subitem 5.2.11.1 deverá demonstrar os demais requisitos de habilitação.

5.2.11.3 – A regra é aplicável à empresa em recuperação extrajudicial, desde que preenchidos os requisitos dos itens 5.2.11.1 e 5.2.11.2.

VI – DA PROPOSTA DE PREÇO

6.1 – No **ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA**, deverá conter a proposta comercial, apresentada conforme o modelo do **Módulo II – Das Declarações, Anexo I (Modelo de Proposta de Preços)**, com observância das seguintes exigências:

- a) Ser apresentada em papel timbrado da empresa ou com apresentação no mínimo de razão social, endereço completo, inclusive com o CEP, telefone, e-mail, CNPJ, sendo suficiente uma via, redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada na última folha e rubricadas nas demais, pelo representante legal da empresa;
- b) Fazer referência ao número do Pregão;
- c) Conter a especificação dos serviços de todos os produtos ofertados, a fim de que a Administração possa aferir a sua qualidade e aceitabilidade no mercado;
- d) Declaração de que todos os elementos (taxas, frete, etc.) que incidam ou venham a incidir sobre os preços ofertados, estão inclusos no preço consignado na Proposta;
- e) Conter preço no unitário e total do item, em moeda corrente, com até 02 (duas) casas decimais, grafado em número, nele inclusos todos os impostos, taxas, seguros, transportes, instalações e quaisquer outras despesas;
- f) Conter indicação do prazo de validade da proposta, a contar da data de abertura da mesma, declarando que, nesse prazo, os preços constantes na proposta ou em seu lance de menor valor são fixos e irrevogáveis.

6.2 – Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.3 – As propostas que atenderem aos requisitos do Edital e seus Anexos serão verificadas quanto a erros, os quais serão corrigidos pelo pregoeiro da seguinte forma:

- a) Discrepância entre valor grafado em algarismos e por extenso;
- b) Erros de transcrição das quantidades previstas: o item será corrigido mantendo-se preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;
- c) Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o total;
- d) Erro de adição: será retificado, considerando-se as parcelas corretas e retificando-se a soma;
- e) Erro considerado de digitação como, por exemplo: troca de identificação de edital, número do edital, modalidade do edital.

6.4 – Sob pena de desclassificação da empresa licitante, a proposta deverá estar assinada pelo representante legal da empresa ou pelo procurador.

6.5 – No campo destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a licitante deverá informar os dados complementares e singulares que o caracterizam, quando for o caso,

não se admitindo a mera cópia do descritivo indicado no termo de referência, ficando a licitante sujeita a desclassificação.

6.6 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta.

6.7 – Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas no Termo de Referência e seus anexos.

6.8 – O prazo de validade das propostas será até o dia 31 de dezembro de 2024.

6.9 – Os preços deverão ser finais não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

6.10 – Juntamente com a proposta, no **ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA**, a licitante deverá apresentar, ainda:

6.10.1 – Declaração de que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; conforme modelo do **Módulo II – Das Declarações, Anexo II (Modelo de Declaração de não condenação judicial)**;

VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE

7.1 – No horário e local fixados para a abertura da sessão pública, as licitantes poderão fazer lances exclusivamente de forma presencial.

7.2 – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observadas as regras estabelecidas neste edital.

7.2.1 – A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de **R\$ 2,00 (dois reais)** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, nos termos.

7.2.1.2 – O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório.

7.3 – Não serão aceitos dois ou mais lances iguais.

7.4 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para menos ou para mais.

7.5 – A etapa de lances seguirá o procedimento do modo de disputa ABERTO, com lances públicos, sucessivos e decrescentes, de acordo com o inciso I do art. 56, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.6 – Nesse modo de disputa, a etapa aberta de realização de lances terá duração até que não haja mais nenhum licitante interessado em fazer novos lances para o item em disputa.

7.7 – Do desempate:

7.7.1 – Quando houver participação, nesta licitação, de microempresas ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empate quando a proposta dessas empresas for igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta classificada em primeiro lugar. Nesse caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) classificação das propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista neste item 7.7.1;
- b) convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma da alínea “a” deste item para que, no prazo de até 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;
- c) não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação da alínea “b” deste item ou não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes classificadas na forma da alínea “a” deste item, para o exercício do mesmo direito;
- d) caso a ME/EPP classificada em segundo lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o pregoeiro convocará as demais ME/EPP participantes na mesma condição, na ordem de classificação. Havendo êxito nesse procedimento, disponibilizar-se-á nova classificação das licitantes para fins de aceitação; e
- e) não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido as empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, bem como das condições indicadas no item 5.1.3 deste edital.

7.8 – As microempresas e empresas de pequeno porte terão prioridade no exercício do direito de preferência, em relação às médias e grandes empresas.

7.8.1 – O exercício do direito de preferência previsto neste item será concedido, observando-se as regras de preferência dispostas no item 7.7.

7.9 – Na hipótese de mudança da licitante classificada em primeiro lugar, em razão de manifestação de atendimento a alguma das condições listadas nos itens 7.7 e 7.8, esta será convocada e terá o prazo de até 5 (cinco) minutos para apresentar proposta igual ou inferior à da licitante que apresentou originalmente o melhor lance, sob pena de preclusão do seu direito de preferência.

7.10 – Na hipótese em que nenhuma das licitantes preencha os requisitos elencados nos itens 7.7 e 7.8 prevalecerá o resultado inicialmente apurado.

7.11 – Não havendo êxito ou não existindo ME/EPP participante e havendo igualdade de condições entre as participantes será utilizado como critério de desempate, o estabelecido no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.12 – Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a empresa licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

VIII – DO JULGAMENTO, DA NEGOCIAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 – O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.2 – Será desclassificada a proposta comercial, sendo sempre fundamentada e registrada em Ata, que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- f) apresentar preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração

8.3 – O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

8.4 – O pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participação na fase de lances.

8.4.1 – Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.5 – O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.6 – Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

8.7 – Se a proposta de menor valor não for aceitável, ou for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.7.1 – Nessa situação, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

8.8 – No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

8.8.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no site da Câmara, no mínimo, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

8.9 – Sendo aceitável a proposta do licitante detentor do menor preço, este deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

8.10 – Ao preço do primeiro colocado em cada item poderão ser registrados tantos fornecedores que aderirem ao preço do primeiro, admitida inclusive para complementação da quantidade estimada para o item, observado a ordem de classificação das Propostas.

8.10.1 – A confirmação de adesão ao primeiro menor preço será registrada na própria sessão da Licitação.

8.11 – Excepcionalmente, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem e, as ofertas sejam de valores inferiores ao preço máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

8.12 – Após o término da etapa de lances, o pregoeiro, depois de verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para o objeto, poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor oferta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

8.13 – Caberá à licitante, de forma imediata, responder positiva ou negativamente à contraproposta.

8.13.1 – Caso o lance vencedor esteja dentro do limite do valor estimado pela Administração, e não havendo o atendimento imediato à convocação, o pregoeiro decidirá sobre sua aceitação.

8.13.2 – Caso o lance vencedor esteja acima do valor estimado pela Administração, e não havendo o atendimento imediato à convocação, o pregoeiro rejeitará a proposta, em acordo com a área técnica, sendo convocada a próxima colocada para a negociação.

8.14 – Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.15 – Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão informando, mediante aviso prévio no site da Câmara, a nova data e horário para a continuidade da mesma, cuja ocorrência será registrada em ata.

8.16 – Conhecida a vencedora e para fins de Registro de Preços em cumprimento ao disposto na legislação regente da matéria, o pregoeiro consultará as demais classificadas,

respeitado a ordem de classificação das Propostas, se aceitam fornecer ao preço daquela, observado o seguinte procedimento:

8.16.1 – As proponentes que aceitarem praticar o preço da primeira classificada, manterão a mesma ordem de classificação obtida na disputa de lances para fins de Registro de Preços e terão abertos os envelopes contendo a Documentação de Habilitação, a fim de que seja verificado o atendimento às exigências habilitatórias requisitadas.

8.16.2 – As proponentes que não aceitarem praticar o preço da melhor Proposta serão liberadas, sendo-lhes devolvido o ENVELOPE Nº 03 – HABILITAÇÃO.

8.16.3 – Concluído o procedimento de que trata o item anterior, as proponentes classificadas serão declaradas vencedoras, sendo seus preços registrados para os itens correspondentes, em razão do menor preço, de acordo com o fixado neste Edital, obedecida à ordem de classificação apurada na Licitação.

8.17 – Encerrada a fase de julgamento, através do registro de aceitação da proposta pelo pregoeiro, este abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso, nos termos da Cláusula X – Dos Recursos, pelo prazo de até 15 (quinze) minutos.

8.17.1 – O prazo do subitem anterior poderá ser diminuído caso as licitantes declinem verbalmente do direito de recurso.

IX – DA HABILITAÇÃO

9.1 – Encerrada a fase de julgamento e da intenção de recurso, o pregoeiro convocará a licitante para imediatamente apresentar a documentação de habilitação, conforme itens seguintes deste edital.

9.2 – Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.2.1 – complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.2.2 – atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.3 – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que são emitidos somente em nome da matriz.

9.4 – A documentação de habilitação deverá estar **dentro de um envelope pardo e lacrado, conforme especificações da alínea “c” do item 1.4 deste edital (ENVELOPE Nº 3 – HABILITAÇÃO)**, e conter:

9.4.1 – Habilitação jurídica (a maioria dos documentos já foi solicitada na fase do Credenciamento):

a) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, se for o caso, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.4.2 – Regularidade fiscal e trabalhista:

- a) cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda;
- b) cópia do comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de cópia da certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e emitida exclusivamente pelos sites destes órgãos, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;
- d) cópia da certidão que prova a regularidade para com as Fazendas Estadual e/ou Municipal, se houver, do domicílio ou sede da licitante;
- e) cópia do certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- f) cópia da certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho.

9.4.3 – Qualificação técnica

- a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a empresa tenha fornecido para órgãos ou entidades públicas ou privadas, os equipamentos listados no Termo de Referência com especificações técnicas iguais ou similares ao que estão sendo ofertados, devendo o(s) documento(s) conter o nome, o endereço, o telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma de que o CONTRATANTE possa valer-se para manter contato com os declarantes.

9.4.4 – Qualificação econômico-financeira

- a) Cópia da Certidão Negativa de Falência e Recuperações Judiciais, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
 - a.1) a certidão negativa de recuperação judicial é exigível por força do art. 69, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, porém a certidão positiva não implica a imediata inabilitação, cabendo à Câmara Municipal de Caçu realizar diligências para avaliar a real situação de capacidade econômico-financeira, mediante, inclusive, a apresentação do plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida, nos termos do subitem 5.2.11.1 da Cláusula V (Das Condições de Participação e da Concessão dos Benefícios à ME/EPP) deste edital.

9.5 – Documentação complementar:

- a) Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (www.cnj.jus.br), por meio do link http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form ;
- b) a documentação indicada na alínea "a" poderá ser substituída pela Certidão/Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, do Tribunal de Contas da União (TCU), disponível no link: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> .

9.6 – Declarações exigidas:

- a) declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, conforme modelo do **Módulo II – Das Declarações, Anexo III (Modelo de Declaração de Adequação plena aos requisitos de habilitação estabelecidos no edital)**;
- b) declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal/1988, e art. 68, inciso VI, da Lei n. 14.133/2021, conforme modelo do **Módulo II – Das Declarações, Anexo IV (Modelo de Declaração de Inexistência de Menor Trabalhador)**;
- c) declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos inciso IV do art. 63 da Lei n. 14.133/2021, conforme modelo do **Módulo II – Das Declarações, Anexo V (Modelo de Declaração de Reserva de Cargos para Pessoas com Deficiência e para Reabilitados da Previdência Social)**;
- d) declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do §1º do art. 63 da Lei n. 14.333/2021, conforme modelo do **Módulo II – Das Declarações, Anexo VI (Modelo de Declaração de que a Proposta de Preços atende aos Requisitos dos Custos para Atendimento aos Direitos Trabalhistas)**.

9.7 – A documentação elencada nos itens 9.5 e 9.6 desta cláusula deverão ser entregues junto com a documentação de habilitação dentro de um **envelope pardo e lacrado, conforme especificações da alínea “c” do item 1.4 deste edital.**

9.8 – O descumprimento das exigências contidas nesta cláusula determinará a inabilitação da licitante.

9.9 – As empresas deverão apresentar toda a documentação arrolada nesta cláusula, ainda que apresentem alguma restrição.

9.9.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.9.1.1 – O prazo de que trata o subitem 9.9.1 poderá ser prorrogado, por igual prazo, a critério da Administração, nos termos do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

9.9.2 – A não regularização da documentação, no prazo previsto nos subitens 9.9.1 e 9.9.1.1 desta cláusula, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista neste edital e em lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da avença, ou revogar a licitação.

9.10 – Todas as cópias dos documentos exigidos nesta cláusula deverão ser entregues juntamente com os originais (estes fora do envelope) para que sejam autenticadas

pela Comissão de Contratação, salvo as certidões e documentos emitidos eletronicamente.

9.10.1 – Fica a critério da licitante que, em substituição à autenticação feita pela Comissão de Contratação, as cópias dos documentos sejam autenticadas em cartório, hipótese esta em que os originais não serão necessários.

9.11 – Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos neste edital.

9.12 – No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

9.12.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 9.12, a sessão pública somente poderá ser reiniciada, mediante aviso prévio no site da Câmara Municipal, cuja ocorrência será registrada em ata.

9.12.2 – O pregoeiro, para comprovar a regularidade da licitante, quando necessário, poderá consultar documentos que estejam disponíveis nos sistemas informatizados.

9.13 – Verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte da licitante classificada subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências do edital.

9.14 – A inabilitação será sempre fundamentada e registrada em ata.

9.15 – Constatado o atendimento aos requisitos habilitatórios, o pregoeiro habilitará e declarará vencedora do certame a licitante correspondente.

9.16 – Visando a prevenção de fornecimento de produtos de qualidade inferior, será obrigatória a entrega de amostra para degustação do item 17 (café) da Cláusula II do Termo de Referência. Desse modo, o produto poderá ser analisado diretamente e permitirá a identificação de discrepâncias entre o que foi apresentado na proposta e o que é efetivamente entregue.

9.16.1 – A empresa vencedora do item em questão deverá fornecer amostra do produto, que poderá ou não ser aprovada, após degustação pela Comissão de Contratação e Equipe de Apoio, conforme Módulo V - Anexo Único (Parecer de Análise de Amostras).

9.16.1.1 – A amostra será entregue à Comissão de Contratação e Equipe de Apoio que a encaminhará para uma das Auxiliares de Serviços Gerais, para a execução do processo de filtração do pó (“passar/coar o café”).

9.16.1.2 – Será franqueado livre acesso à licitante para acompanhar o processo, referido no subitem anterior, na copa.

9.16.2 – A referida amostra deverá ser fornecida em embalagem original do produto, devidamente fechada, dentro do prazo de validade e com visualização perfeita da marca.

9.16.3 – Caso a marca escolhida pela licitante, na disputa do pregão, for uma das 4 (quatro) sugeridas como padrão no Termo de Referência, não será necessário o fornecimento de amostra.

9.16.4 – Caso a amostra fornecida pela licitante for reprovada pela Comissão de Contratação e Equipe de Apoio, poderá aquela alterar a marca do produto para uma (1) das 4 (quatro) sugeridas no Termo de Referência, desde que não haja alteração nos valores.

9.16.5 – Caso a licitante não altere a marca do produto conforme subitem 9.16.3, a segunda colocada será chamada a fornecer amostra do produto, conforme o item 9.16 e seus subitens, e assim sucessivamente.

9.16.6 – O esquecimento em fornecer a amostra implicará, por parte da licitante, em aceitação em disputar o produto (café) escolhendo uma (1) das 4 (quatro) marcas sugeridas no Termo de Referência, ou a renúncia da disputa do produto em questão.

9.17 – Após o pregoeiro registrar a habilitação ou inhabilitação, abrir-se-á prazo para manifestação de intenção de recurso pelo prazo de até 15 (quinze) minutos.

9.17.1 – O prazo do subitem anterior poderá ser diminuído caso as licitantes declinem verbalmente do direito de recurso.

X – DOS RECURSOS

10.1 – A intenção de recurso ocorrerá em dois momentos, sendo:

- a) de forma imediata após o término do julgamento das propostas, consoante disposto na Cláusula VIII (Do julgamento, da negociação e da classificação das propostas) deste edital;
- b) de forma imediata após a declaração de habilitação e/ou inhabilitação, consoante disposto na Cláusula IX (Da Habilitação) deste edital.

10.2 – Qualquer licitante poderá manifestar motivadamente, dentro do prazo de até 15 (quinze) minutos, a intenção de recorrer durante a sessão pública conforme indicado nas alíneas “a” e “b” do item 10.1.

10.2.1 – A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes implicará decadência do direito de recurso.

10.3 – As razões de recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas, se desejarem, a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.3.1 – Os recursos a que alude o subitem anterior deverão ser encaminhados no e-mail licitacaoecompras@cacu.go.leg.br, e serão devidamente publicizados, inclusive com a resposta da Comissão de Contratação, no site da Câmara Municipal de Caçu através do link https://acessoainformacao.cacu.go.leg.br/cidadao/informacao/licitacoes_cnt.

10.4 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5 – Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, em atenção ao disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

XI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – A despesa decorrente desta licitação está estimada no valor total de **R\$ 157.421,91 (cento e cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte e um reais e noventa e um centavos)**, conforme estimado em pesquisa de preços e correrá à conta de recursos orçamentários da Câmara Municipal de Caçu, consignados em Órgão: Câmara Municipal de Caçu; Unidade: 01; 100 – Processo Legislativo; 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal; 3.3.90.30. Material de Consumo.

XII – DO PAGAMENTO

12.1 – O pagamento será efetuado por ordem bancária, no prazo definido no termo de referência, após o atesto firmado pela fiscalização da nota fiscal/fatura, cujo documento deverá estar em conformidade com as condições estabelecidas.

12.1.1 – As notas fiscais deverão ser emitidas e encaminhadas ao Gestor do Contrato pelo e-mail contabilidade@cacu.go.leg.br.

XIII – DAS PENALIDADES

13.1 – A licitante, em caso de descumprimento às regras deste edital, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, ficará sujeita às seguintes penalidades:

13.1.1 – multa compensatória:

- a) 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor adjudicado, em caso de não regularização da documentação exigida para ME/ EPP, nos prazos previstos na Cláusula IX (Da Habilitação);
- b) 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor homologado, em caso de não assinatura do contrato (e/ou) a ata.

13.1.2 – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município pelo período de 2 (dois) meses;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município pelo período de 4 (quatro) meses;
- c) não assinar o contrato e/ou a ata ou não entregar documentação exigida para a contratação, quando convocado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município pelo período de 4 (quatro) meses;



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

d) fizer declaração falsa ou entregar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município pelo período de 36 (trinta e seis) meses.
13.1.3 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de seis anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;

c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;

13.1.4 – As multas previstas no subitem 13.1.1 poderão cumular-se com as penalidades previstas nos subitens 13.1.2 e 13.1.3 desta cláusula.

13.2 – É admitida a reabilitação da licitante perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa, se houver;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo, quando houver;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste edital ou no ato punitivo.

13.3 – A sanção por apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação da licitante, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.4 – A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta cláusula levará em consideração os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, ficando a cargo da Câmara Municipal de Caçu decidir sobre a mais adequada ao caso concreto.

13.5 – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula será realizada mediante processo administrativo específico, por meio de comunicação à licitante da penalidade, sendo assegurado, em todos os casos, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

13.6 – Fica assegurado à licitante o uso dos recursos previstos em lei.

13.7 – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus

administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.7.1 – Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica alcançam não apenas os sócios de direito, mas também os sócios ocultos que exerçam de fato a gerência da pessoa jurídica (TCU, Acórdão 229/2023 - Plenário).

13.8 – As penalidades previstas nesta cláusula referem-se ao descumprimento do certame licitatório, ficando as penalidades pelo descumprimento contratual previstas no contrato e/ou termo de referência e na ata de registro de preços, anexos a este Edital.

XIV – DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 – No âmbito do Sistema de Registro de Preços (SRP), a adjudicação significa tão somente o registro do preço ofertado.

14.2 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento, mas não obriga a Administração a efetivar as contratações por esse meio, ficando-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, nos termos do §6º, do art. 82, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.3 – Para a presente seleção, as licitantes não podem oferecer propostas em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, nos termos do inciso IV, do art. 82, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.4 – Fica vedada a participação do órgão em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade da ata que será firmada, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

XV – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 – Encerrado o processo licitatório, a Câmara Municipal de Caçu convocará a licitante vencedora que mantiver a sua proposta para, dentro do prazo de até 5 (cinco) dias úteis, assinar a ata, cuja minuta integra este edital e que, após publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

15.1.1 – O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da licitante, devidamente justificada e desde que o motivo seja aceito pela administração.

15.2 – As licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos da licitante vencedora poderão ser inseridos na ata mediante cadastro de reserva, em atenção ao disposto no inciso IV, §5º, do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.3 – Quando a empresa vencedora, ao ser convocada, não assinar a ata no prazo e condições estabelecidas, será facultado à Câmara Municipal de Caçu, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital e na legislação vigente, convocar as licitantes

do cadastro de reserva para assinatura, observada a ordem de classificação do pregão e após análise das condições de habilitação.

15.3.1 – Na inexistência de licitantes que preencham as condições indicadas no item 15.3, a Câmara Municipal de Caçu poderá, observando o valor estimado ou máximo definido, com as atualizações:

- a) convocar as demais licitantes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.3.2 – A habilitação das licitantes que comporão o cadastro de reserva, bem como das demais remanescentes, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação.

15.4 – Ao assinar a ata de registro de preços, a licitante vencedora obriga-se a realizar o fornecimento a ela adjudicado, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus módulos e na proposta de preços apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

15.5 – Por ocasião da assinatura da ata, a Câmara Municipal de Caçu realizará consulta com vistas a comprovar a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.6 – O representante da licitante vencedora deverá apresentar os documentos pessoais (RG e CPF) e, se for o caso, procuração particular, com firma reconhecida, ou pública, com poderes para assinar a ata, caso não tenham sido os documentos apresentados na fase de habilitação.

15.7 – Caso haja alguma alteração na documentação exigida no procedimento de habilitação, esta deverá ser apresentada na formalização dos ajustes.

15.8 – Farão parte integrante da ata todos os elementos apresentados pela empresa que tenham servido de base para o julgamento, bem como as condições estabelecidas neste edital.

15.9 – Formalizada a ata, durante sua vigência, a empresa estará obrigada ao seu cumprimento.

15.10 – A ata terá validade até 31 de dezembro de 2024, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, desde que comprovado que o preço é vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.10.1 – Caso haja prorrogação, o prazo da ARP não poderá exceder dois (02) anos.

XVI – DA CONTRATAÇÃO

16.1 – Homologada a licitação, a Câmara Municipal de Caçu poderá convocar a licitante vencedora para a assinatura do instrumento contratual que se dará em até 5 (cinco) dias

úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na Lei 14.133/2021.

16.1.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

16.2 – É facultado à Administração, quando a adjudicatária não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

16.3 – Caso nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

- a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.4 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

16.4.1 – A regra do item 16.4 não se aplicará às licitantes remanescentes convocados na forma da alínea “a” do item 16.3.

16.5 – A Câmara Municipal de Caçu poderá requerer, no momento da assinatura do contrato, a documentação pessoal (RG e CPF) e a que confere poderes para a formalização do instrumento contratual.

16.6 – A critério da Câmara Municipal de Caçu, a assinatura do contrato poderá ocorrer de forma manual.

XVII - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 – Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71, da Lei Federal nº 14.133/2021.

XVIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 – Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições deste edital.

18.2 – Assegura-se à Câmara Municipal de Caçu o direito de:

18.2.1 – promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, fixando as licitantes, prazos para atendimento, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originalmente da proposta;

18.2.2 – caso entenda necessário, examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e horário em que o resultado do julgamento será divulgado no site da Câmara Municipal;

18.2.2.1 – A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no site da Câmara Municipal, cuja ocorrência será registrada em ata.

18.2.3 – revogar esta licitação por razões de interesse público (art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021), decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado;

18.2.4 – adiar a data da sessão pública.

18.3 – Fica assegurado o intervalo para almoço no período das 11h às 13h, ou outro definido pelo pregoeiro, momento esse em que a sessão pública será suspensa.

18.4 – O pregoeiro ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

18.5 – As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.

18.6 – O desatendimento às exigências formais e não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública do pregão.

18.7 – As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

18.8 – Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

18.9 – O edital estará à disposição dos interessados, no *placard* da Câmara Municipal de Caçu, situada à Rua Tibúrcio Siqueira Gama, nº 55, Setor Morada dos Sonhos, Caçu – Goiás, CEP: 75813-000, nos dias úteis, das 08h às 11h e das 13h às 17h, e na internet para download, no endereço eletrônico https://acessoainformacao.cacu.go.leg.br/cidadao/informacao/licitacoes_cnt .

18.10 – Fazem parte deste edital:

18.10.1 – Módulo I: Termo de Referência;

18.10.1.1 – Anexo Único: Termo de Referência.



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

18.10.2 – Módulo II: Das Declarações;

18.10.2.1 – Anexo I: Modelo de Proposta de Preços;

18.10.2.2 – Anexo II: Modelo de Declaração de Não Condenação Judicial;

18.10.2.3 – Anexo III: Modelo de Declaração de Adequação Plena aos Requisitos de Habilitação Estabelecidos no Edital;

18.10.2.4 – Anexo IV: Modelo de Declaração de Inexistência de Menor Trabalhador;

18.10.2.5 – Anexo V: Modelo de Declaração de Reserva de Cargos para Pessoas com Deficiência e para Reabilitados da Previdência Social;

18.10.2.6 – Anexo VI: Modelo de Declaração de que a Proposta de Preços atende aos Requisitos dos Custos para Atendimento aos Direitos Trabalhistas;

18.10.3 – Módulo III: Minuta de Contrato;

18.10.3.1 – Anexo Único: Minuta de Contrato.

18.10.4 – Módulo IV: Minuta de Ata de Registro de Preço;

18.10.4.1 – Anexo Único: Minuta de Ata de Registro de Preço.

18.10.5 – Módulo V: Parecer de Análise de Amostras.

18.10.5.1 – Anexo Único: Parecer de Análise de Amostras.

Caçu-GO, 17 de abril de 2024.

HUGO FERNANDES RIBEIRO
Agente de Contratação





CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

MÓDULO I - TERMO DE REFERÊNCIA



ANEXO ÚNICO DO MÓDULO I

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

I. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Área requisitante: Presidência da Câmara Municipal de Caçu.

1.2. Responsável pela demanda: Orlando Oliveira Silva.

1.3. O processo, ao qual este TR fará parte, está sendo confeccionado de forma física.

II. DO OBJETO E DO PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO (LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEAS “A”, “I”)

2.1. Objeto: aquisição futura e eventual, de forma parcelada, de gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros para atender às necessidades da Câmara Municipal de Caçu, conforme descrição abaixo:

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	PREÇOS MÉDIOS	
					VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	360	UN	ABACATE	Primeira qualidade, casca lisa, <i>in natura</i> ; com ausência de sujidades, parasitas e larvas, apresentando grau de maturação que permita sua manipulação, transporte e conservação em condições adequadas ao consumo.	8,67	3.121,20
2	30	KG	ABACAXI PÉROLA	Deverá ser procedente de espécimes vegetais genuínos, frescos, ter atingido o grau máximo no tamanho, aroma e cor da espécie e variedade; estar livre de insetos e	20,62	618,60



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				sujidades; não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica; deverão se apresentar intactos e firmes; não serão permitidas manchas, defeitos na casca, mofos e partes podres.		
3	40	PCT	ACHOCOLATADO 1ª LINHA	Em pó, embalagem com 750g, qualidade igual ou superior às marcas Toddy, Nescau, Garoto.	28,13	1.125,20
4	150	PCT	AÇÚCAR	Pacotes de 5kg, tipo cristal.	30,38	4.557,00
5	4	UN	ADOÇANTE DIETÉTICO	Conteúdo líquido, mínimo de 100ml; composto 100% por xilitol, sucralose, taumatina e/ou stévia. Sem parabenos ou outro aditivo químico. Validade mínima: 2 anos no ato da entrega.	10,3	41,20
6	576	UN	ÁGUA MINERAL COM GÁS	Acondicionada em pet de 500ml, com certificados de autorizações dos órgãos competentes e com validade para 12 meses.	3,77	2.171,52
7	864	UN	ÁGUA MINERAL SEM GÁS	Acondicionada em pet de 500ml, com certificados de autorizações dos órgãos competentes e com validade para 12 meses.	3,74	3.231,36
8	10	UN	AMIDO DE MILHO	Pacote com 500g, com identificação	18,69	186,90



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				do produto e prazo de validade.		
9	120	PCT	BALA MACIA	Embalagem com 500g, qualidade igual ou superior às marcas Butter Toffees, Fini.	28,25	3.390,00
10	60	KG	BANANA NANICA	In natura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	16,53	991,80
11	20	PCT	BATATA PALHA	Fina, sequinha e crocante. Produto obtido a partir do processamento da batata descascada, ralada tipo palha, íntegra e frita em óleo vegetal. Embalagem plástica de 1kg, reforçada, hermeticamente fechada, contendo rótulo com as informações nutricionais.	32,91	658,20
12	240	PCT	BISCOITO DE POLVILHO DOCE	Embalagem com 200g. Polvilho azedo. Embalagem plástica, transparente, resistente, original de fábrica com identificação do produto, dos ingredientes, informações nutricionais, marca	14,62	3.508,80



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade mínimo de 4 meses a contar da data de entrega.		
13	30	PCT	BISCOITO DOCE DE MAIZENA OU LEITE	Embalagem padronizada de 400g.	26,05	781,50
14	80	PCT	BISCOITO DOCE TIPO ROSCA	Sabor coco embalagem padronizada de 800g.	11,85	948,00
15	70	PCT	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER	Embalagem com 800g, qualidade igual ou superior à marca Mabel	22,37	1.565,90
16	50	PCT	BOMBOM	Chocolate em espécie, tipo bombom, embalagem plástica de 1kg, marcas igual ou superior à Garoto, Bon o Bon.	76,29	3.814,50
17	290	PCT	CAFÉ	Pacotes de 500g, 1ª linha, qualidade igual ou superior às marcas Rancheiro, Rio Claro, São Thomaz, Vascafé.	41,57	12.055,30
18	90	PCT	CANELA EM CASCA	Embalagem plástica transparente contendo marca do fabricante, data de fabricação e validade, contendo 500g.	59	5.310,00
19	5	PCT	CANELA EM PÓ	Embalagem plástica, contendo marca do fabricante, data de fabricação e validade, com 10g.	3,67	18,35



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

20	60	KG	CARNE BOVINA IN NATURA MOÍDA	<p><i>In natura</i>, moída, de 1ª categoria, no corte patinho. Durante o processamento deve ser realizada a aparagem (eliminação dos excessos de gordura, cartilagem e aponevroses). A carne bovina moída no corte patinho deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Deverá conter no máximo 10% de gordura, ser isenta de cartilagens e de ossos. O produto não deverá apresentar superfície úmida, pegajosa, com manchas esverdeadas. Deverá ter cor, cheiro e sabor próprios. Constando obrigatoriamente registro no SIF, data de fabricação, prazo de validade e temperatura que deverá ser acondicionada.</p>	41,24	2.474,40
----	----	----	------------------------------------	--	-------	----------



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

21	20	PCT	CARNE DE FRANGO	Filé de Peito de Frango, congelado, não temperado, de primeira qualidade, isento de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Validade de no mínimo 3 meses, a partir da entrega. Em pacote de 1 kg.	30,05	601,00
22	10	KG	CEBOLA EM CABEÇA	Produto de primeira linha, com casca protetora, tamanho médio a grande, com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	16,53	165,30
23	40	PCT	CEBOLINHA VERDE	<i>In natura</i> , folhas inteiras, frescas, coloração uniforme com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Produto de primeira linha, adequadas para o consumo. Embalagem de no mínimo 150g.	8,03	321,20
24	3	UN	CHOCOLATE EM BARRA	Meio amargo, barra de 1kg.	64,81	194,43
25	5	PCT	CHOCOLATE GRANULADO	Produto deverá ter validade mínima de 06 meses, a partir da data de fabricação. Embalagem de 500g.	21,87	109,35



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

26	100	UN	COCO RALADO	Desidratado, não acrescido de açúcar, parcialmente desengordurado, embalagem contendo 100g, com identificação do produto e prazo de validade.	8,14	814,00
27	60	UN	CREME DE LEITE	Sem glúten. Embalagem: tetra pak, com identificação e procedência, código do produto, peso, data de fabricação e data de validade, 200g.	5,88	352,80
28	50	UN	DOCE	Goiabada, marmelada ou marrom glace em barra. Embalagem de 500g.	19,62	981,00
29	50	UN	DOCE DE LEITE EM PASTA	Composto de leite e açúcar, com validade mínima na data de entrega de 09 meses. Em embalagem plástica contendo 400g. Qualidade igual ou superior às marcas Italac ou Viçosa.	20,45	1.022,50
30	50	UN	EXTRATO DE TOMATE	Concentrado, com 130g, produto resultante da concentração da polpa de tomate por processo tecnológico preparado com frutos maduros e selecionados.	3,93	196,50
31	80	UN	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL	Embalagem contendo 1kg, com identificação do produto, marca do	12,56	1.004,80



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				fabricante e prazo de validade,		
32	5	PCT	FEIJAO TIPO CARIOQUINHA	Tipo 1, grãos novos, inteiros e são, de cor característica, maduros, limpos e secos, de produção de última safra. Isento de detritos animais ou vegetais, insetos, matéria terrosa, parasitas, grãos ou pedaços de grãos avariados, partidos, quebrados, mofados, germinados, carunchados, imaturos, danificados por insetos, manchados, enrugados, descoloridos, amassados e isentos de matérias estranhas como grãos ou sementes de outras espécies. Embalagem contendo 1kg.	18,44	92,20
33	30	UN	FERMENTO BIOLÓGICO	Seco instantâneo, utilizado na elaboração de panificação e massas. Embalagem com 10g.	3,42	102,60
34	45	UN	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO	Fermento para bolo, em embalagem plástica ou lata de 250g.	16,28	732,60
35	40	UN	FUBÁ	Aspecto físico em pó, cor amarela, matéria-prima de milho, tipo mimoso, embalagem de 1 kg.	11,63	465,20



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

36	50	UN	GELATINA EM PÓ	Produto com açúcar, embalagem contendo 30g, com identificação do produto e prazo de validade. Sabores variados: limão, morango, uva, maracujá, <i>tutti frutti</i> , framboesa.	3,32	166,00
37	5	UN	GELATINA EM PÓ SEM SABOR	Sem sabor, incolor. Embalagem contendo 24g, com identificação do produto e validade.	13,72	68,60
38	100	UN	IOGURTE NATURAL	Componentes com polpa ou pedaços de fruta. Embalagem de 1 litro. Qualidade igual ou superior às marcas Nestle, Canto de Minas.	11,6	1.160,00
39	80	UN	KETCHUP TRADICIONAL	Embalagem de 567g, com identificação do produto e prazo de validade. Qualidade igual ou superior à marca Heinz.	24,26	1.940,80
40	60	KG	LARANJA PERA RIO	Laranja pera de primeira, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes; tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida; isenta de sujidades, parasitas e larvas;	10,85	651,00
41	81	UN	LEITE CONDENSADO TRADICIONAL	Caixa com 27 unidades de 395g cada, com identificação do produto e prazo de validade.	243,01	19.683,81



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

42	30	UN	LEITE DE COCO	Tradicional, embalagem contendo 200ml, com identificação do produto e prazo de validade. Ingredientes: leite de coco modificado, pasteurizado e homogeneizado. Reduzido teor de gordura.	10,46	313,80
43	25	UN	LEITE EM PÓ	Integral, instantâneo, contendo vitaminas ("a", "c" e "d") e pirofosfato férrico. Embalagem em lata com 400 g, com descrição dos produtos e data de validade. Sem glúten. Qualidade igual ou superior às marcas Piracanjuba ou Italc.	23,21	580,25
44	120	CX	LEITE UHT	Leite líquido, integral, tipo longa vida, com identificação do produto e prazo de validade. Embalagem: tetra pack, caixa com 12 unidades.	82,26	9.871,20
45	38	KG	MAÇÃ NACIONAL	De primeira qualidade, tipo Fuji, vermelha, <i>in natura</i> , apresentando grau de maturação, tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o	22,12	840,56



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				consumo; com ausência de sujidades, parasitas e larvas.		
46	70	UN	MAIONESE TRADICIONAL	Embalagem contendo 500g, com baixo teor de gordura, com identificação do produto e prazo de validade. Qualidade igual ou superior às marcas Heinz ou Hellmann's.	16,39	1.147,30
47	30	KG	MAMÃO FORMOSA	De primeira qualidade, in natura, tipo formosa, apresentando grau de maturação, condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	16,94	508,20
48	100	UN	MANTEIGA DE LEITE COM SAL	De primeira qualidade, obtida do creme de leite (nata), pasteurizado e maturado, com sal. Embalagem com 500g, com dados de identificação, data de fabricação e validade de, no mínimo, 4 meses.	34,34	3.434,00
49	80	UN	MARGARINA VEGETAL	Cremosa, com sal, em embalagem de 500g. Prazo de validade de, no mínimo, 6 meses a partir da entrega do produto.	10,6	848,00



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

50	90	UN	MELANCIA	De tamanho regular, de primeira qualidade, casca lisa, graúda, livre de sujidades, parasitas e larvas. Tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta, pesando entre 10 a 12 kg cada.	60,07	5.406,30
51	60	UN	MILHO DE PIPOCA	Embalagem com 500g, com descrição e com prazo de validade.	8,85	531,00
52	10	PCT	MILHO PARA CANJICA	Milho branco ou amarelo para canjica, classe tipo 1. Isento de sujidades, parasitas, larvas. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega. Embalagem com 500g, com identificação, data de fabricação e prazo de validade.	15,19	151,90
53	35	UN	MILHO VERDE	Em conserva, embalagem em lata contendo 280g.	10,35	362,25
54	75	UN	MISTURA PARA BOLO	Composta de farinha de trigo especial, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido de milho, fermento químico. Sabores: chocolate, laranja, tradicional. Qualidade igual ou superior à marca Anita. Embalagem com 390g.	9,18	688,50



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

55	30	UN	MOLHO DE TOMATE	Sabor pizza. Embalagem com 340g. Validade de no mínimo 120 dias.	6,03	180,90
56	80	UN	ÓLEO DE SOJA	Refinado, comestível, embalagem transparente contendo 900ml.	7,82	625,60
57	150	DZ	OVOS DE GALINHA IN NATURA	Classe A, de primeira qualidade. Produto fresco de ave galinácea, tipo grande, íntegro, sem manchas ou sujidades. De cor, odor ou sabor normais. Proveniente de avicultor com inspeção oficial, devendo atender às exigências do regulamento interno de inspeção de produtos de origem animal.	19,11	2.866,50
58	150	PCT	PÃO DE FORMA	Tipo tradicional, peça fatiada, pacote com 500g, contendo data de fabricação e validade.	14,75	2.212,50
59	10	PCT	PÃO DE QUEIJO CONGELADO	Produto deve apresentar textura com aspecto próprio (não amolecido e nem pegajoso), cor própria sabor e odor característicos, com ausência de sujidades. Os pães de queijo deverão ser modelados uniformemente com peso de 40 gramas cada pão de queijo.	54,03	540,30



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				Devendo o produto ser entregue congelado. A data de fabricação deverá ser recente ao ato da entrega. Embalagem com 4kg.		
60	30	KG	PIMENTA VERDE	Produto de primeira linha, sem deformações e contaminações, consistência firme, sem indícios de germinação. Grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte, condições adequadas para o consumo.	27,68	830,40
61	90	PCT	POLVILHO AZEDO TIPO 1	Embalagem de 1kg, branco, com validade mínima de 6 meses na data da entrega. O produto deve estar isento de sujidades e outros materiais estranhos.	25,09	2.258,10
62	50	KG	POLVILHO DOCE TIPO 1	Embalagem de 1kg, branco, com validade mínima de 6 meses na data da entrega. O produto deve estar isento de sujidades e outros materiais estranhos.	21,29	1.064,50
63	44	KG	PRESUNTO	Fatiado de primeira qualidade, sem gordura aparente, resfriado, acondicionado em embalagem de plástico atóxico, contendo nome do produto, peso líquido, data de	45,75	2.013,00



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				fabricação e prazo de validade.		
64	50	KG	QUEIJO BRANCO FRESCO	Typo coalho; produzido, embalado e entregue em conformidade com a legislação sanitária vigente. Validade mínima de 90 dias a contar da data de entrega. Com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem de 1kg.	41,11	2.055,50
65	44	KG	QUEIJO MUSSARELA	De primeira qualidade, fatiado, fresco, com perfeitas condições sanitárias, em condição adequadas para o consumo, com ausência de sujidades e odores.	59,77	2.629,88
66	30	KG	QUEIJO RALADO	Ralado, tipo minas ou minas padrão, meia cura. Obtido do leite pasteurizado, sem maturação, embalado individualmente, em plástico transparente, atóxico, limpo, não violado, com rótulo impresso. A embalagem de 1kg deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número	60,07	1.802,10



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				de lote, data de validade, quantidade do produto.		
67	150	FA	REFRIGERANTE COLA	Gaseificado, sabor cola, açúcar, cafeína, corante caramelo e aroma natural. Embalagem plástica resistente de 2 litros com 6 unidades. Qualidade do produto igual ou superior à da marca Coca-Cola.	93,57	14.035,50
68	50	FA	REFRIGERANTE COLA ZERO AÇÚCAR	Gaseificado, sem açúcar, sabor cola, cafeína, corante caramelo e aroma natural. Embalagem plástica resistente de 2 litros com 6 unidades. Qualidade do produto igual ou superior à da marca Coca-Cola.	93,57	4.678,50
69	40	FA	REFRIGERANTE GUARANÁ	Gaseificado, sabor guaraná, embalagem plástica resistente de 2 litros com 6 unidades. Qualidade do produto igual ou superior à marca Antarctica.	63,85	2.554,00
70	20	FA	REFRIGERANTE LARANJA	Gaseificado, sabor laranja, embalagem de plástica de 2 litros com 6 unidades. Qualidade do produto igual ou superior à da marca Fanta.	78,71	1.574,20
71	10	PCT	ROSCA MASSA CONGELADA	Embalagem contendo 2,5kg. Massa de rosca	37,34	373,40



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				trançada para assar, congelada.		
72	10	PCT	SAL REFINADO	Iodado, embalagem própria, 1 kg, com identificação do produto, marca, peso líquido e prazo de validade.	5,52	55,20
73	5	PCT	SALSICHA	Congeladas. As salsichas deverão ter o peso unitário de 40g a 50g, acondicionadas em embalagem a vácuo, transparente, atóxica, resistente ao transporte e armazenamento, contendo peso líquido de 5kg por embalagem. O produto não deverá apresentar superfície úmida, pegajosa, ou partes flácidas ou consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. Validade não inferior a 06 meses. Na entrega do produto deverá ter data de fabricação máxima de 30 dias.	62,97	314,85
74	120	UN	SUCO	Pronto, embalagem pet, com concentrado de frutas, líquido, aroma natural de frutas, acondicionado em embalagem de 2 litros, sabores variados, qualidade	18,02	2.162,40



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				igual ou superior as marcas Life ou Natural One.		
75	75	UN	SUCO	Néctar de frutas pronto para beber, embalagem tetra pack de 1.000ml. Sabores variados: caju, goiaba, laranja, manga, maracujá, pêssego, uva, morango, etc. O néctar de frutas deve conter entre os ingredientes: água, polpa de fruta (acima de 55%), açúcar, aroma natural. Não conter: conservadores, glúten, quantidade significativa de proteínas, gorduras totais, gorduras saturadas e gorduras trans. Produto não fermentado e não alcoólico. Qualidade igual ou superior à da marca Del Valle.	83,14	6.235,50
76	20	KG	TOMATE	Produto de primeira linha, <i>in natura</i> , tamanho médio, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	14,02	280,40
TOTAL GERAL						157.421,91

2.2. Com base nos dados da tabela acima, encontrou-se a estimativa do valor para esta contratação em **R\$ 157.421,91 (cento e cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte e um**

reais e noventa e um centavos). Para cada item a ser adquirido foram encontrados pelo menos três orçamentos e usada a média saneada entre os preços como métrica. Consta nos autos deste processo, o Mapa de Cotação e os orçamentos de cada item.

2.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) será da data de sua homologação até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogada à critério da Câmara Municipal de Caçu.

2.4. O prazo da ARP, somado com a sua eventual prorrogação, não poderá exceder dois (02) anos, de acordo com o art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

III. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “B”)

3.1. A fundamentação para a contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros para a Câmara Municipal baseia-se em um Estudo Técnico Preliminar (ETP) que identificou diversas necessidades e justificativas para a aquisição dessas mercadorias, são elas:

- a. Café da Manhã e Lanche da Tarde para Servidores e Vereadores: O café da manhã e o lanche da tarde são momentos importantes para fornecer os nutrientes necessários, garantindo que todos estejam bem alimentados durante o expediente. A aquisição de gêneros alimentícios como pães, frutas, sucos, leites, entre outros, é essencial para compor essas refeições e atender às preferências e necessidades alimentares dos colaboradores.
- b. Lanche para Vereadores durante as Sessões Ordinárias: Durante as Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Caçu, é importante garantir que os vereadores disponham de lanches adequados para manter sua energia e concentração durante as deliberações e debates. Os lanches fornecidos devem ser práticos, nutritivos e variados, contemplando opções que possam ser consumidas rapidamente entre as atividades legislativas. A aquisição de gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros é fundamental para compor esses lanches, incluindo itens como sanduíches, frutas, sucos, entre outros.
- c. Fornecimento de lanche em substituição a Auxílio Alimentação: A substituição do auxílio alimentação pela aquisição de gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros pode representar uma economia significativa de recursos públicos para a Câmara Municipal de Caçu. Ao adquirir os alimentos em grande quantidade e diretamente de fornecedores, é possível negociar melhores preços e reduzir os custos operacionais relacionados à concessão do benefício de alimentação.

3.2. Conclusão: Diante da necessidade de promover a saúde, o bem-estar e a eficiência operacional na Câmara Municipal de Caçu, fica evidente a importância da aquisição de gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros sob a perspectiva do interesse público. Este movimento não apenas atende às demandas nutricionais dos servidores e vereadores, mas também se alinha com os princípios de transparência, economia de recursos e promoção de hábitos alimentares saudáveis.

IV. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “C”)

4.1. Ao analisar o mercado em busca de alternativas à aquisição de gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros para a Câmara Municipal de Caçu, algumas opções podem surgir. No entanto, a análise das vantagens e desvantagens de cada alternativa mostra por que a aquisição de gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros foi a solução mais viável:

- a. Fornecimento de Auxílio Alimentação: Uma alternativa seria fornecer um auxílio alimentação em dinheiro ou vale-refeição aos servidores e vereadores, permitindo que eles comprem alimentos de sua escolha. No entanto, essa opção pode resultar em gastos excessivos para a instituição.
- b. Terceirização do Serviço de Alimentação: Outra alternativa seria terceirizar o serviço de alimentação, contratando uma empresa especializada para fornecer refeições prontas ou kits alimentares. Embora essa opção possa ser conveniente, o gasto com um contrato de terceirização seria mais oneroso aos cofres da Câmara.

4.2. Desse modo, propõe-se como solução que as mercadorias elencadas no item II deste TR sejam adquiridas de forma parcelada junto aos fornecedores, indo assim ao encontro das necessidades reais de alimentação da Câmara Municipal de Caçu.

4.3. Ademais, a exigência do item anterior visa também a preservação dos alimentos, evitando assim o perecimento, além de garantir que não haja um acúmulo de estoque na despensa.

4.4. Para tanto, far-se-á necessário que o Fiscal do Contrato esteja atento às reais necessidades da Câmara, levando em consideração o prazo de validade dos produtos e o espaço para armazenamento dos mesmos.

- 4.4.1. Caso o Fiscal não seja uma das servidoras Auxiliares de Serviços Gerais, aquele deverá estar em comunicação constante com estas, para que a solução de aquisição das mercadorias ocorra de forma eficiente.

V. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “D”)

5.1. Para garantir uma aquisição eficiente e satisfatória de gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros pela Câmara Municipal de Caçu, é importante estabelecer requisitos claros e específicos. Abaixo estão alguns requisitos que podem ser considerados:

- 5.1.1. Requisitos de negócio: A aquisição de gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros devem obedecer às especificações do requisitante constantes na planilha anexada à Solicitação de Compra ou Serviço.

- 5.1.2. Requisitos de capacitação: Por se tratar de gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros, mercadorias estas que diariamente são utilizadas na Câmara e pela existência de Auxiliares de Serviços Gerais que as manuseiam, os requisitos de capacitação não serão necessários.

- 5.1.3. Requisitos legais: O presente processo de contratação deve estar aderente:

- a) à Constituição Federal de 1988;
- b) à Lei Federal nº 14.133/2021;

- c) à Resolução nº 01/2022;
- d) à Lei Complementar nº 123/2006.

5.1.4. Requisitos de manutenção: Não se aplicam.

5.1.5. Requisitos temporais:

5.1.5.1. O prazo para entrega da mercadoria deverá ser:

- a. para as empresas sediadas e/ou com filiais no Município de Caçu/GO, de 2 (dois) dias úteis;
- b. para as empresas sediadas e/ou com filiais em cidades num raio de 150km (cento e cinquenta quilômetros) da cidade de Caçu/GO, de 5 (cinco) dias úteis;
- c. para as demais empresas, de 8 (oito) dias úteis.

5.1.5.2. Os dias para a entrega da mercadoria será de segunda à sexta-feira, em dias úteis e com expediente na Câmara Municipal de Caçu, das 08h00 às 10h30 e das 13h00 às 16h30.

5.1.6. Requisitos das mercadorias:

- a. Qualidade dos Produtos: Os gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros devem atender aos padrões de qualidade estabelecidos pelos órgãos competentes, garantindo a segurança alimentar e a saúde dos consumidores.
- b. Variedade de Produtos: Garantir uma variedade adequada de gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros para atender às diferentes preferências e necessidades alimentares dos servidores e vereadores da Câmara Municipal.
- c. Frescor dos Produtos: Priorizar produtos frescos e de boa qualidade, evitando itens com sinais de deterioração ou prazos de validade próximos do vencimento.
- d. Embalagens Adequadas: Verificar se os produtos estão devidamente embalados e armazenados, garantindo a integridade e a higiene dos alimentos durante o transporte e o armazenamento.
- e. Atendimento às Normas Sanitárias: Certificar-se de que os fornecedores estejam em conformidade com as normas sanitárias vigentes, garantindo a segurança e a qualidade dos alimentos fornecidos.
- f. Capacidade de Fornecimento: Verificar a capacidade dos fornecedores em atender à demanda da Câmara Municipal de Caçu de forma regular e contínua, garantindo o abastecimento adequado ao longo do tempo.

VI. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DE GESTÃO DO CONTRATO (LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEAS “E”, “F”)

6.1. A vigência do contrato decorrente da ARP será de:

6.1.1. até 31 de dezembro de 2024, contados da assinatura do contrato, para a entrega das mercadorias, podendo ser prorrogada à critério da Câmara Municipal de Caçu.

6.1.1.1. A vigência do contrato, somada com a sua eventual prorrogação, não poderá exceder dois (02) anos, de acordo com o § único, do art. 84, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. Obrigações contratuais do contratante e da contratada

6.2.1. Deveres e responsabilidades do CONTRATANTE:

- 6.2.1.1. Efetuar os pagamentos dentro dos prazos estabelecidos no contrato;
- 6.2.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual;
- 6.2.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 6.2.1.4. Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida pela CONTRATADA na execução do contrato;
- 6.2.1.5. Permitir acesso dos representantes da CONTRATADA ao local da execução do objeto, desde que respeitadas todas as normas internas de segurança do CONTRATANTE, inclusive aquelas referentes à identificação, trânsito e permanência em suas dependências;
- 6.2.1.6. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o objeto da contratação.

6.2.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA:

- 6.2.2.1. Fornecer Produtos Conforme Especificado: A contratada deve fornecer os gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros de acordo com as especificações detalhadas no contrato, garantindo que os produtos atendam aos padrões de qualidade e quantidade exigidos;
- 6.2.2.2. Garantir Qualidade dos Produtos: A contratada é responsável por assegurar que os produtos fornecidos estejam frescos, em bom estado de conservação e dentro do prazo de validade adequado;
- 6.2.2.3. Cumprir Prazos de Entrega: A contratada deve realizar as entregas, no endereço descrito no item X deste Termo de Referência, dos produtos conforme os prazos estipulados no item 5.1.5 deste TR, contados a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento, garantindo a regularidade no abastecimento da Câmara Municipal de Caçu;
- 6.2.2.4. Embalar Adequadamente os Produtos: Os produtos devem ser embalados de forma adequada para garantir sua integridade durante o transporte e armazenamento, seguindo as normas de higiene e segurança alimentar;
- 6.2.2.5. Manter Comunicação Eficiente: A contratada deve manter uma comunicação eficiente com a Câmara Municipal de Caçu, fornecendo informações sobre eventuais atrasos, problemas de qualidade ou qualquer outra questão relacionada ao fornecimento de mercadorias;
- 6.2.2.6. Resolver Problemas Rapidamente: Em caso de problemas com os produtos fornecidos, como produtos danificados, fora de especificação ou entregas incorretas, a contratada deve agir prontamente para resolver a situação de forma satisfatória para a Câmara Municipal de Caçu;
- 6.2.2.7. Cumprir Legislação e Normas: A contratada deve cumprir todas as legislações, regulamentações e normas aplicáveis ao fornecimento de gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros, incluindo normas sanitárias, trabalhistas e tributárias;
- 6.2.2.8. Garantir Segurança Alimentar: A contratada é responsável por garantir a segurança alimentar dos produtos fornecidos, adotando práticas adequadas de manipulação, armazenamento e transporte, e seguindo os padrões de higiene e controle de qualidade estabelecidos;
- 6.2.2.9. Manter, durante a execução do contrato a ser firmado, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- 6.2.2.10. Não transferir a outrem no todo ou em parte o objeto da contratação;
- 6.2.2.11. Assumir a responsabilidade por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;
- 6.2.2.12. Responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante todo o contrato, dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação das penalidades previstas, caso os prazos e condições não sejam cumpridas;
- 6.2.2.13. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE, em relação a problemas detectados, atendendo de imediato as solicitações;
- 6.2.2.14. Acatar, nas mesmas condições ofertadas, nos termos do art. 125, da Lei nº 14.133/2021, as solicitações do CONTRATANTE para acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias à execução do objeto licitado;
- 6.2.2.15. Assumir a responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto licitado;
- 6.2.2.16. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, por parte do Fiscal de Contrato indicada pelo CONTRATANTE para acompanhamento da execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 6.2.2.17. Comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, qualquer anormalidade que ponha em risco o fornecimento;
- 6.2.2.18. Corrigir as falhas detectadas pelo Fiscal do Contrato indicada pelo CONTRATANTE;
- 6.2.2.19. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

6.3. Papéis a serem desempenhados durante a execução contratual

6.3.1. Pelo CONTRATANTE:

6.3.1.1. Fiscal do Contrato: Os produtos objeto desta contratação serão fiscalizados por servidor da CONTRATANTE, doravante denominado Fiscal do Contrato, que terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

6.3.1.1.1. Ao Fiscal do Contrato compete, entre outras atribuições:

- a) Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Câmara, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- b) Manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica;
- c) Acompanhar e atestar a prestação dos serviços contratados e indicar a ocorrência de inconformidade desses serviços ou não cumprimento do contrato;
- d) Encaminhar à Presidência da Câmara os documentos para exame e deliberação sobre a possível aplicação de sanções administrativas.

6.3.1.1.2. A ação do Fiscal do Contrato não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

6.3.2. Pela CONTRATADA:

6.3.2.1. Representante legal: pessoa formalmente designada e devidamente autorizada a firmar contrato em nome da CONTRATADA;

6.3.2.2. Preposto: nomeado pelo representante legal no início da execução contratual, nos termos do art. 118 da Lei nº 14.133/21, que atuará como representante da CONTRATADA durante a execução contratual.

6.3.2.2.1. A CONTRATADA deverá apresentar Preposto no prazo de 5 (cinco) dias corridos a partir da assinatura do contrato.

6.4. Dinâmica de execução contratual

6.4.1. Instrumentos formais para fornecimento do objeto:

6.4.1.1. O fornecimento do objeto se dará com a emissão da Ordem de Fornecimento, emitida pelo CONTRATANTE, ocasião a partir da qual começará a contagem dos prazos estabelecidos neste TR;

6.4.2. Forma de comunicação:

6.4.2.1. A comunicação, que deverá ocorrer primordialmente entre o CONTRATANTE e o Preposto da CONTRATADA, ocorrerá da seguinte maneira:

- a) Preferencialmente na forma eletrônica, por exemplo com a utilização de correio eletrônico (e-mail), para as demais comunicações;
- b) Por documento no padrão Ofício, quando couber;
- c) Excepcionalmente por outros meios, quando em comum acordo entre as partes.

6.4.3. Prazos de execução:

6.4.3.1. A entrega do objeto constante da Ordem de Fornecimento emitida pelo CONTRATANTE deverá ser realizada conforme item 5.1.5 deste TR;

6.4.3.2. Na contagem dos prazos previstos neste documento, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam, incluem e vencem os prazos em dias úteis e de expediente na Câmara Municipal de Caçu;

6.4.3.3. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do CONTRATANTE;

6.4.3.4. Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado à Câmara, preferencialmente na forma eletrônica;

6.4.3.5. O pedido de prorrogação deverá ser solicitado pela CONTRATADA dentro do prazo inicialmente estabelecido, sob pena de ser-lhe imputada multa;

6.4.3.6. Em casos excepcionais, autorizados pelo CONTRATANTE, o documento comprobatório do alegado poderá acompanhar a entrega do produto.

6.5. Recebimento do objeto

6.5.1. Na hipótese de ser verificada a impropriedade do objeto no ato da entrega/execução, o Fiscal do Contrato o rejeitará imediatamente, no todo ou em parte, sendo a CONTRATADA notificada a proceder à regularização nos prazos descritos no item 5.1.5 deste TR;



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

6.5.1.1. Havendo reincidência quanto à impropriedade do objeto no momento da entrega/execução retificadora, poderão ser aplicadas as sanções previstas contratualmente.

6.5.2. Quando houver entrega da mercadoria em desacordo com o especificado neste Termo de Referência, no Instrumento Convocatório, no Contrato ou com defeito, será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a substituí-los dentro do prazo contratual, sob pena de se considerar atraso na entrega;

6.5.2.1. A CONTRATADA ficará obrigada a trocar, às suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada;

6.5.2.2. A CONTRATADA deverá retirar a mercadoria recusada imediatamente após a recusa pelo Fiscal do Contrato, ou no momento da entrega a mercadoria correta. A Câmara Municipal de Caçu não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer após esse prazo;

6.5.2.3. Será considerado abandonada a mercadoria que não for recolhido pela CONTRATADA em até 15 (quinze) dias corridos após a comunicação do CONTRATANTE;

6.5.2.4. A Administração poderá dar a destinação que julgar conveniente à mercadoria abandonada em suas dependências;

6.5.2.5. Caso a mercadoria apresente aspectos de perecimento, o CONTRATANTE efetuará o descarte sem qualquer dano ou prejuízo;

6.5.2.6. A CONTRATADA deverá entregar toda a mercadoria discriminada na Ordem de Fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento da obrigação.

6.5.3. Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade da mercadoria fornecida pelo prazo estabelecido contratualmente, obrigando-se a reparar aquele que apresentar incorreções ou defeito no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE;

6.5.4. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto.

VII. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, ART. 6º, XXIII, ALÍNEA "G")

7.1. O pagamento será efetuado de forma única, por ordem bancária, mediante a apresentação de nota fiscal correspondente ao fornecimento do bem, devidamente atestada pela equipe de fiscalização do contrato, devendo ser emitida, obrigatoriamente, pelo CNPJ da CONTRATADA.

7.1.1. O pagamento a que se refere o subitem anterior, necessariamente deverá respeitar a futura, a eventual e a parcelada aquisição da mercadoria.

7.2. Após verificar que a mercadoria foi entregue de acordo com as especificações contratuais, o Gestor do Contrato fará o empenho e liquidação da despesa em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, que será encaminhada à tesouraria para:

7.2.1. Pagamento da despesa, a contar do empenho e liquidação da nota fiscal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.2.1.1. Os prazos de que trata os subitens 7.2 e 7.2.1, poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.3. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Câmara Municipal durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de que trata os subitens 7.2 e 7.2.1.

7.4. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica em que a despesa originalmente estava inscrita.

7.5. Deverá ser apresentada, concomitante à nota fiscal, a seguinte documentação:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA.

7.5.1. Após apresentada a referida comprovação, a CONTRATADA ficará responsável por comunicar ao CONTRATANTE qualquer alteração posterior à situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução do ajuste.

7.6. Poderá o CONTRATANTE, após efetuar a análise das notas fiscais, realizar glosas dos valores cobrados indevidamente. Neste caso, a CONTRATADA será informada das razões que motivaram a recusa dos valores.

7.6.1. A CONTRATADA poderá apresentar impugnação à glosa, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação;

7.6.2. Caso a CONTRATADA não apresente a impugnação, ou caso o CONTRATANTE não acolha as razões da impugnação, o valor será deduzido da respectiva nota fiscal.

7.7. O prazo de pagamento será interrompido nos casos em que haja necessidade de regularização do documento fiscal, o que será devidamente apontado pelo CONTRATANTE.

7.7.1. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

7.8. O depósito bancário produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

7.9. No caso de eventual atraso no pagamento sem que a CONTRATADA tenha concorrido para tal, haverá incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, *pro rata temporis*, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização. Para esse fim, será utilizada a variação acumulada do IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

7.10. O mesmo critério de correção, indicado no subitem 7.9, será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela CONTRATADA, bem como em decorrência de atrasos no recolhimento de multas eventualmente aplicadas.

VIII. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, ART. 6º, XXIII, ALÍNEA "H")

8.1. Classifica-se a natureza do objeto a ser contratado como bem comum, para a qual se aplica o disposto no art. 6º, XIII, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021. Desse modo, fica definida como forma de seleção do fornecedor LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com o disposto no art. 6º, XLI e XLV, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.2. Esta forma de seleção do fornecedor vai ao encontro do disposto no item VIII (Parcelamento da Contratação) do Estudo Técnico Preliminar, o qual justifica o parcelamento da aquisição dos equipamentos por motivos de: orçamento limitado, preservação da saúde financeira, planejamento estratégico dos gastos e implantação gradual dos recursos.

IX. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, ART. 6º, XXIII, ALÍNEA "J")

9.1. Os recursos para o pagamento das despesas advêm do Tesouro da Câmara Municipal, do orçamento com vigência até dezembro de 2024: Órgão: Câmara Municipal de Caçu; Unidade: 01; 100 – Processo Legislativo; 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal; 3.3.90.30. Material de Consumo.

X. LOCAL PARA ENTREGA DO OBJETO

10.1. A entrega do objeto constante da Ordem de Fornecimento será realizada nas dependências da Câmara Municipal de Caçu, situada à Rua Tibúrcio Siqueira Gama, nº 55, Setor Morada dos Sonhos, Caçu/GO, CEP: 75813-000, de segunda à sexta-feira, nos dias em que houver expediente, das 08h00min às 10h30min e das 13h00min às 16h30min.





CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

MÓDULO II – DAS DECLARAÇÕES



“PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA”

**ANEXO I
DAS DECLARAÇÕES**

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO COM EVENTUAL
AQUISIÇÃO E ENTREGA PARCELADA Nº 002/2024.**

OBJETO: Registro de preços, para a futura e eventual aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros, da Câmara Municipal de Caçu, conforme as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

Proponente/Empresa: _____

CNPJ: _____ Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____

Estado: _____ Telefone: _____ E-mail: _____

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	360	UN	ABACATE	Primeira qualidade, casca lisa, <i>in natura</i> ; com ausência de sujidades, parasitas e larvas, apresentando grau de maturação que permita sua manipulação, transporte e conservação em condições adequadas ao consumo.		
2	30	KG	ABACAXI PÉROLA	Deverá ser procedente de espécimes vegetais genuínos, frescos, ter atingido o grau máximo no tamanho, aroma e cor da espécie e variedade; estar		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				livre de insetos e sujidades; não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica; deverão se apresentar intactos e firmes; não serão permitidas manchas, defeitos na casca, mofo e partes podres.		
3	40	PCT	ACHOCOLATADO 1ª LINHA	Em pó, embalagem com 750g, qualidade igual ou superior às marcas Toddy, Nescau, Garoto.		
4	150	PCT	AÇÚCAR	Pacotes de 5kg, tipo cristal.		
5	4	UN	ADOÇANTE DIETÉTICO	Conteúdo líquido, mínimo de 100ml; composto 100% por xilitol, sucralose, taumatina e/ou stévia. Sem parabenos ou outro aditivo químico. Validade mínima: 2 anos no ato da entrega.		
6	576	UN	ÁGUA MINERAL COM GÁS	Acondicionada em pet de 500ml, com certificados de autorizações dos órgãos competentes e com validade para 12 meses.		
	864	UN	ÁGUA MINERAL SEM GÁS	Acondicionada em pet de 500ml, com certificados de autorizações dos órgãos competentes e com validade para 12 meses.		
8	10	UN	AMIDO DE MILHO	Pacote com 500g, com identificação		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				do produto e prazo de validade.		
9	120	PCT	BALA MACIA	Embalagem com 500g, qualidade igual ou superior às marcas Butter Toffees, Fini.		
10	60	KG	BANANA NANICA	In natura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.		
11	20	PCT	BATATA PALHA	Fina, sequinha e crocante. Produto obtido a partir do processamento da batata descascada, ralada tipo palha, íntegra e frita em óleo vegetal. Embalagem plástica de 1kg, reforçada, hermeticamente fechada, contendo rótulo com as informações nutricionais.		
12	240	PCT	BISCOITO DE POLVILHO DOCE	Embalagem com 200g. Polvilho azedo. Embalagem plástica, transparente, resistente, original de fábrica com identificação do produto, dos ingredientes, informações nutricionais, marca		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade mínimo de 4 meses a contar da data de entrega.		
13	30	PCT	BISCOITO DOCE DE MAIZENA OU LEITE	Embalagem padronizada de 400g.		
14	80	PCT	BISCOITO DOCE TIPO ROSCA	Sabor coco embalagem padronizada de 800g.		
15	70	PCT	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER	Embalagem com 800g, qualidade igual ou superior à marca Mabel		
16	50	PCT	BOMBOM	Chocolate em espécie, tipo bombom, embalagem plástica de 1kg, marcas igual ou superior à Garoto, Bon o Bon.		
17	290	PCT	CAFÉ	Pacotes de 500g, 1ª linha, qualidade igual ou superior às marcas Rancheiro, Rio Claro, São Thomaz, Vascafé.		
18	90	PCT	CANELA EM CASCA	Embalagem plástica transparente contendo marca do fabricante, data de fabricação e validade, contendo 500g.		
19	5	PCT	CANELA EM PÓ	Embalagem plástica, contendo marca do fabricante, data de fabricação e validade, com 10g.		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

20

60

KG

CARNE BOVINA
IN NATURA
MOÍDA

In natura, moída, de 1ª categoria, no corte patinho. Durante o processamento deve ser realizada a aparagem (eliminação dos excessos de gordura, cartilagem e aponevroses). A carne bovina moída no corte patinho deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Deverá conter no máximo 10% de gordura, ser isenta de cartilagens e de ossos. O produto não deverá apresentar superfície úmida, pegajosa, com manchas esverdeadas. Deverá ter cor, cheiro e sabor próprios. Constando obrigatoriamente registro no SIF, data de fabricação, prazo de validade e temperatura que deverá ser acondicionada.



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

21	20	PCT	CARNE DE FRANGO	Filé de Peito de Frango, congelado, não temperado, de primeira qualidade, isento de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Validade de no mínimo 3 meses, a partir da entrega. Em pacote de 1 kg.		
22	10	KG	CEBOLA EM CABEÇA	Produto de primeira linha, com casca protetora, tamanho médio a grande, com ausência de sujidades, parasitos e larvas.		
23	40	PCT	CEBOLINHA VERDE	<i>In natura</i> , folhas inteiras, frescas, coloração uniforme com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Produto de primeira linha, adequadas para o consumo. Embalagem de no mínimo 150g.		
24	3	UN	CHOCOLATE EM BARRA	Meio amargo, barra de 1kg.		
25	5	PCT	CHOCOLATE GRANULADO	Produto deverá ter validade mínima de 06 meses, a partir da data de fabricação. Embalagem de 500g.		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

26	100	UN	COCO RALADO	Desidratado, não acrescido de açúcar, parcialmente desengordurado, embalagem contendo 100g, com identificação do produto e prazo de validade.		
27	60	UN	CREME DE LEITE	Sem glúten. Embalagem: tetra pak, com identificação e procedência, código do produto, peso, data de fabricação e data de validade, 200g.		
28	50	UN	DOCE	Goiabada, marmelada ou marrom glace em barra. Embalagem de 500g.		
29	50	UN	DOCE DE LEITE EM PASTA	Composto de leite e açúcar, com validade mínima na data de entrega de 09 meses. Em embalagem plástica contendo 400g. Qualidade igual ou superior às marcas Italac ou Viçosa.		
30	50	UN	EXTRATO DE TOMATE	Concentrado, com 130g, produto resultante da concentração da polpa de tomate por processo tecnológico preparado com frutos maduros e selecionados.		
31	80	UN	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL	Embalagem contendo 1kg, com identificação do produto, marca do		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				fabricante e prazo de validade,		
32	5	PCT	FEIJAO TIPO CARIOQUINHA	Tipo 1, grãos novos, inteiros e são, de cor característica, maduros, limpos e secos, de produção de última safra. Isento de detritos animais ou vegetais, insetos, matéria terrosa, parasitas, grãos ou pedaços de grãos avariados, partidos, quebrados, mofados, germinados, carunchados, imaturos, danificados por insetos, manchados, enrugados, descoloridos, amassados e isentos de matérias estranhas como grãos ou sementes de outras espécies. Embalagem contendo 1kg.		
33	30	UN	FERMENTO BIOLÓGICO	Seco instantâneo, utilizado na elaboração de panificação e massas. Embalagem com 10g.		
34	45	UN	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO	Fermento para bolo, em embalagem plástica ou lata de 250g.		
35	40	UN	FUBÁ	Aspecto físico em pó, cor amarela, matéria-prima de milho, tipo mimoso, embalagem de 1 kg.		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

36	50	UN	GELATINA EM PÓ	Produto com açúcar, embalagem contendo 30g, com identificação do produto e prazo de validade. Sabores variados: limão, morango, uva, maracujá, <i>tutti frutti</i> , framboesa.		
37	5	UN	GELATINA EM PÓ SEM SABOR	Sem sabor, incolor. Embalagem contendo 24g, com identificação do produto e validade.		
38	100	UN	IOGURTE NATURAL	Componentes com polpa ou pedaços de fruta. Embalagem de 1 litro. Qualidade igual ou superior às marcas Nestle, Canto de Minas.		
39	80	UN	KETCHUP TRADICIONAL	Embalagem de 567g, com identificação do produto e prazo de validade. Qualidade igual ou superior à marca Heinz.		
40	60	KG	LARANJA PERA RIO	Laranja pera de primeira, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes; tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida; isenta de sujidades, parasitas e larvas;		
41	81	UN	LEITE CONDENSADO TRADICIONAL	Caixa com 27 unidades de 395g cada, com identificação do produto e prazo de validade.		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

42	30	UN	LEITE DE COCO	Tradicional, embalagem contendo 200ml, com identificação do produto e prazo de validade. Ingredientes: leite de coco modificado, pasteurizado e homogeneizado. Reduzido teor de gordura.		
43	25	UN	LEITE EM PÓ	Integral, instantâneo, contendo vitaminas (“a”, “c” e “d”) e pirofosfato férrico. Embalagem em lata com 400 g, com descrição dos produtos e data de validade. Sem glúten. Qualidade igual ou superior às marcas Piracanjuba ou Italc.		
44	120	CX	LEITE UHT	Leite líquido, integral, tipo longa vida, com identificação do produto e prazo de validade. Embalagem: tetra pack, caixa com 12 unidades.		
45	38	KG	MAÇÃ NACIONAL	De primeira qualidade, tipo Fuji, vermelha, <i>in natura</i> , apresentando grau de maturação, tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				consumo; com ausência de sujidades, parasitas e larvas.		
46	70	UN	MAIONESE TRADICIONAL	Embalagem contendo 500g, com baixo teor de gordura, com identificação do produto e prazo de validade. Qualidade igual ou superior às marcas Heinz ou Hellmann's.		
47	30	KG	MAMÃO FORMOSA	De primeira qualidade, <i>in</i> <i>natura</i> , tipo formosa, apresentando grau de maturação, condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.		
48	100	UN	MANTEIGA DE LEITE COM SAL	De primeira qualidade, obtida do creme de leite (nata), pasteurizado e maturado, com sal. Embalagem com 500g, com dados de identificação, data de fabricação e validade de, no mínimo, 4 meses.		
49	80	UN	MARGARINA VEGETAL	Cremosa, com sal, em embalagem de 500g. Prazo de validade de, no mínimo, 6 meses a partir da entrega do produto.		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

50	90	UN	MELANCIA	De tamanho regular, de primeira qualidade, casca lisa, graúda, livre de sujidades, parasitas e larvas. Tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta, pesando entre 10 a 12 kg cada.		
51	60	UN	MILHO DE PIPOCA	Embalagem com 500g, com descrição e com prazo de validade.		
52	10	PCT	MILHO PARA CANJICA	Milho branco ou amarelo para canjica, classe tipo 1. Isento de sujidades, parasitas, larvas. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega. Embalagem com 500g, com identificação, data de fabricação e prazo de validade.		
53	35	UN	MILHO VERDE	Em conserva, embalagem em lata contendo 280g.		
54	75	UN	MISTURA PARA BOLO	Composta de farinha de trigo especial, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido de milho, fermento químico. Sabores: chocolate, laranja, tradicional. Qualidade igual ou superior à marca Anita. Embalagem com 390g.		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

55	30	UN	MOLHO DE TOMATE	Sabor pizza. Embalagem com 340g. Validade de no mínimo 120 dias.		
56	80	UN	ÓLEO DE SOJA	Refinado, comestível, embalagem transparente contendo 900ml.		
57	150	DZ	OVOS DE GALINHA IN NATURA	Classe A, de primeira qualidade. Produto fresco de ave galinácea, tipo grande, íntegro, sem manchas ou sujidades. De cor, odor ou sabor normais. Proveniente de avicultor com inspeção oficial, devendo atender às exigências do regulamento interno de inspeção de produtos de origem animal.		
58	150	PCT	PÃO DE FORMA	Tipo tradicional, peça fatiada, pacote com 500g, contendo data de fabricação e validade.		
59	10	PCT	PÃO DE QUEIJO CONGELADO	Produto deve apresentar textura com aspecto próprio (não amolecido e nem pegajoso), cor própria sabor e odor característicos, com ausência de sujidades. Os pães de queijo deverão ser modelados uniformemente com peso de 40 gramas cada pão de queijo.		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				Devendo o produto ser entregue congelado. A data de fabricação deverá ser recente ao ato da entrega. Embalagem com 4kg.		
60	30	KG	PIMENTA VERDE	Produto de primeira linha, sem deformações e contaminações, consistência firme, sem indícios de germinação. Grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte, condições adequadas para o consumo.		
61	90	PCT	POLVILHO AZEDO TIPO 1	Embalagem de 1kg, branco, com validade mínima de 6 meses na data da entrega. O produto deve estar isento de sujidades e outros materiais estranhos.		
62	50	KG	POLVILHO DOCE TIPO 1	Embalagem de 1kg, branco, com validade mínima de 6 meses na data da entrega. O produto deve estar isento de sujidades e outros materiais estranhos.		
63	44	KG	PRESUNTO	Fatiado de primeira qualidade, sem gordura aparente, resfriado, acondicionado em embalagem de plástico atóxico, contendo nome do produto, peso líquido, data de		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				fabricação e prazo de validade.		
64	50	KG	QUEIJO BRANCO FRESCO	Typo coalho; produzido, embalado e entregue em conformidade com a legislação sanitária vigente. Validade mínima de 90 dias a contar da data de entrega. Com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem de 1kg.		
65	44	KG	QUEIJO MUSSARELA	De primeira qualidade, fatiado, fresco, com perfeitas condições sanitárias, em condição adequadas para o consumo, com ausência de sujidades e odores.		
66	30	KG	QUEIJO RALADO	Ralado, tipo minas ou minas padrão, meia cura. Obtido do leite pasteurizado, sem maturação, embalado individualmente, em plástico transparente, atóxico, limpo, não violado, com rótulo impresso. A embalagem de 1kg deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				de lote, data de validade, quantidade do produto.		
67	150	FA	REFRIGERANTE COLA	Gaseificado, sabor cola, açúcar, cafeína, corante caramelo e aroma natural. Embalagem plástica resistente de 2 litros com 6 unidades. Qualidade do produto igual ou superior à da marca Coca-Cola.		
68	50	FA	REFRIGERANTE COLA ZERO AÇÚCAR	Gaseificado, sem açúcar, sabor cola, cafeína, corante caramelo e aroma natural. Embalagem plástica resistente de 2 litros com 6 unidades. Qualidade do produto igual ou superior à da marca Coca-Cola.		
69	40	FA	REFRIGERANTE GUARANÁ	Gaseificado, sabor guaraná, embalagem plástica resistente de 2 litros com 6 unidades. Qualidade do produto igual ou superior à marca Antarctica.		
70	20	FA	REFRIGERANTE LARANJA	Gaseificado, sabor laranja, embalagem de plástica de 2 litros com 6 unidades. Qualidade do produto igual ou superior à da marca Fanta.		
71	10	PCT	ROSCA MASSA CONGELADA	Embalagem contendo 2,5kg. Massa de rosca		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				trançada para assar, congelada.		
72	10	PCT	SAL REFINADO	Iodado, embalagem própria, 1 kg, com identificação do produto, marca, peso líquido e prazo de validade.		
73	5	PCT	SALSICHA	Congeladas. As salsichas deverão ter o peso unitário de 40g a 50g, acondicionadas em embalagem a vácuo, transparente, atóxica, resistente ao transporte e armazenamento, contendo peso líquido de 5kg por embalagem. O produto não deverá apresentar superfície úmida, pegajosa, ou partes flácidas ou consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. Validade não inferior a 06 meses. Na entrega do produto deverá ter data de fabricação máxima de 30 dias.		
74	120	UN	SUCO	Pronto, embalagem pet, com concentrado de frutas, líquido, aroma natural de frutas, acondicionado em embalagem de 2 litros, sabores variados, qualidade		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				igual ou superior as marcas Life ou Natural One.		
75	75	UN	SUCO	Néctar de frutas pronto para beber, embalagem tetra pack de 1.000ml. Sabores variados: caju, goiaba, laranja, manga, maracujá, pêssego, uva, morango, etc. O néctar de frutas deve conter entre os ingredientes: água, polpa de fruta (acima de 55%), açúcar, aroma natural. Não conter: conservadores, glúten, quantidade significativa de proteínas, gorduras totais, gorduras saturadas e gorduras trans. Produto não fermentado e não alcoólico. Qualidade igual ou superior à da marca Del Valle.		
76	20	KG	TOMATE	Produto de primeira linha, <i>in natura</i> , tamanho médio, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.		
TOTAL GERAL						

Total geral (por extenso): _____



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

Prazo de execução/entrega: conforme Edital.

Validade da proposta: até 31 de dezembro de 2024.

Condição de Pagamento: conforme Edital.

Obs.: O nome do proponente, o CPF e o RG deverão ser do responsável que irá assinar o contrato de fornecimento proveniente desta licitação;

Obs. Nos preços propostos estarão previstos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do PREGÃO, envolvendo, entre outras despesas, tributos de qualquer natureza, instalação, treinamento, frete, embalagens etc., exceto quanto aos preços nas hipóteses de desequilíbrio econômico-financeiro previsto na legislação.

Local, ____ de ____ de ____.

Representante Legal
(com carimbo da empresa)



“PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA”

**ANEXO II
DAS DECLARAÇÕES**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO CONDENAÇÃO JUDICIAL

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO COM EVENTUAL
AQUISIÇÃO E ENTREGA PARCELADA Nº 002/2024.**

Declaro que eu, _____, portador(a)
do CPF nº _____, representante da empresa
_____,
CNPJ nº _____, estabelecida no endereço
_____ como seu(ua) representante legal
para os fins da presente declaração, que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste
edital, esta empresa não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por
exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às
de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação
trabalhista.

Local, _____ de _____ de _____.

Representante Legal
(com carimbo da empresa)



“PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA”

**ANEXO III
DAS DECLARAÇÕES**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO PLENA AOS REQUISITOS
DE HABILITAÇÃO ESTABELECIDOS NO EDITAL**

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO COM EVENTUAL
AQUISIÇÃO E ENTREGA PARCELADA Nº 002/2024.**

A empresa _____ (razão social), inscrita no CNPJ nº _____ com sede na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto no item 9.6, alínea “a”, do Edital de Pregão Público nº ____/____, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no referido Edital e seus anexos, estando ciente de todos os seus termos.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Local, ____ de _____ de _____.

Representante Legal
(com carimbo da empresa)



“PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA”

**ANEXO IV
DAS DECLARAÇÕES**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR
TRABALHADOR**

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO COM EVENTUAL
AQUISIÇÃO E ENTREGA PARCELADA Nº 002/2024.**

Empresa _____, inscrita no CNPJ
nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a)
_____, portador(a) do CPF nº _____,

DECLARA, sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art.
7º da Constituição da Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre; não emprega menor de dezesseis anos, exceto na condição
de aprendiz e, não emprega menor de quatorze anos em qualquer condição.

Local, ____ de ____ de ____.

Representante Legal
(com carimbo da empresa)



“PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA”

**ANEXO V
DAS DECLARAÇÕES**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO COM EVENTUAL
AQUISIÇÃO E ENTREGA PARCELADA Nº 002/2024.**

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____, DECLARO, sob as penalidades da lei, que a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, da qual sou seu representante legal, cumpre integralmente as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme previsto no inciso IV, do art. 63, da Lei Federal nº 14.133/2021 e outras normas específicas aplicáveis.

Local, _____ de _____ de _____.

Representante Legal
(com carimbo da empresa)



“PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA”

**ANEXO VI
DAS DECLARAÇÕES**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPOSTA DE PREÇOS ATENDE
AOS REQUISITOS DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO AOS DIREITOS
TRABALHISTAS**

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO COM EVENTUAL
AQUISIÇÃO E ENTREGA PARCELADA Nº 002/2024.**

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____, DECLARO, sob as pena de desclassificação do certame licitatório, que a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, da qual sou seu representante legal, que a proposta de preços por ela apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme previsto no §1º do art. 63 da Lei n. 14.333/2021.

Local, _____ de _____ de _____.

Representante Legal
(com carimbo da empresa)





CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

MÓDULO III – MINUTA DE CONTRATO



**ANEXO ÚNICO
DO MÓDULO III**

MINUTA DE CONTRATO Nº XX/2024

*“Que entre si celebram a
CÂMARA MUNICIPAL DE
CAÇU, Estado de Goiás, e a
empresa XXXXXXXXX”.*

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público / órgão público, inscrita no CNPJ: 24.858.722/0001-40, com sede na Avenida Tibúrcio Siqueira Gama, nº 55, Setor Morada dos Sonhos, Caçu/GO - CEP: 75813-000, neste ato representada por seu representante legal, o Presidente **ORLANDO OLIVEIRA SILVA**, brasileiro, casado, aposentado, portador da CI-RG nº [REDACTED], inscrito no CPF sob nº [REDACTED], residente e domiciliado na [REDACTED], doravante denominada **CONTRATANTE**;

A **EMPRESA** _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, _____, CEP _____, neste ato representado pelo proprietário, _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da CI-RG nº _____, inscrito no CPF sob nº _____, residente e domiciliado na _____, cidade, Estado de _____, CEP _____, doravante denominada **CONTRATADA**.

O presente contrato decorre de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para REGISTRO DE PREÇO, EDITAL Nº 002/2024, de 17 de abril de 2024, na forma da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 outubro de 1988, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Resolução nº 01, de 25 de fevereiro de 2022, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

I – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto deste contrato consiste na futura e eventual aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros, para a Câmara Municipal de Caçu, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01					
(...)					



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

76					
TOTAL GERAL				R\$	

II – CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

2.1 – O fornecimento do objeto se dará com a emissão da Ordem de Fornecimento, emitida pela CONTRATANTE, ocasião a partir da qual começará a contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento.

Formas de comunicação

2.2 – A comunicação, que deverá ocorrer primordialmente entre o CONTRATANTE e o preposto da CONTRATADA, ocorrerá da seguinte maneira:

- a) Preferencialmente na forma eletrônica, por exemplo com a utilização de correio eletrônico (e-mail);
- b) Por telefone, incluído os aplicativos de mensagens de texto;
- c) Por documento no padrão Ofício, quando couber;
- d) Excepcionalmente por outros meios, quando em comum acordo entre as partes.

Prazos de execução

2.3 – A entrega do objeto constante da Ordem de Fornecimento emitida pelo CONTRATANTE deverá ser realizada em até:

- a. 2 (dois) dias úteis, para as empresas sediadas e/ou com filiais no Município de Caçu/GO, contados da data de emissão da Ordem de Fornecimento;
- b. 5 (cinco) dias úteis, para as empresas sediadas e/ou com filiais em cidades num raio de 150km (cento e cinquenta quilômetros) da cidade de Caçu/GO, contados da data de emissão da Ordem de Fornecimento;
- c. 8 (oito) dias úteis, para as demais empresas, contados da data de emissão da Ordem de Fornecimento.

2.4 – Na contagem dos prazos previstos neste documento, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

2.5 – Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis e de expediente no CONTRATANTE.

2.6 – Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do CONTRATANTE.

2.7 – Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado ao CONTRATANTE preferencialmente na forma eletrônica.

2.8 – O pedido de prorrogação deverá ser solicitado pela CONTRATADA dentro do prazo inicialmente estabelecido, sob pena de ser-lhe imputada multa.

2.9 – Em casos excepcionais, autorizados pelo CONTRATANTE, o documento comprobatório do alegado poderá acompanhar a entrega do produto.

III – CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO

3.1 – Caso o CONTRATANTE constate que o objeto foi fornecido em desacordo com o contrato, com defeito, fora de especificação ou incompleto, a CONTRATADA será formalmente notificada, sendo interrompidos os prazos de recebimento, e os pagamentos suspensos, até que a situação seja sanada. Será ainda observado se o(s) produto(s):

- a) é(são) compatível(is) com esta licitação e não exista a cobrança de frete;
- b) está(ão) embalado(s) de acordo com a nota fiscal/empenho, não enviando produtos de notas fiscais/empenhos diferentes numa mesma embalagem;
- c) não apresenta(m) avaria ou adulteração;
- d) é(são) da mesma marca e oferecida na proposta inicial, possua(m) a(s) mesma(s) característica(s) da amostra enviada, sob pena de devolução;
- e) é(são) entregue(s) em embalagem original, contendo a data e número do lote de fabricação;
- f) é(são) identificado(s) com o nome da empresa e outras informações de acordo com a legislação pertinente.

3.2 – O recebimento das mercadorias não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto fornecido, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

3.3 – Na hipótese de ser verificada a impropriedade do objeto no ato da entrega, o Fiscal do Contrato, ou outra pessoa designada, o rejeitará imediatamente, no todo ou em parte, sendo a CONTRATADA notificada a proceder à regularização nos prazos definidos no item 2.3.

3.3.1 – Havendo reincidência quanto à impropriedade do objeto no momento da entrega retificadora, poderão ser aplicadas as sanções previstas contratualmente.

3.4 – Após o recebimento, a fiscalização avaliará as características do objeto, identificando eventuais problemas.

3.4.1 – Estando em conformidade com as exigências deste instrumento, será efetuado o recebimento definitivo do objeto.

3.5 – Quando houver entrega de bem em desacordo com o especificado, será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a substituí-los dentro do prazo contratual, sob pena de se considerar atraso na entrega.

3.5.1 – A CONTRATADA ficará obrigada a trocar, a suas expensas, o produto que vier a ser recusado;

3.5.2 – A CONTRATADA deverá retirar o produto recusado no momento da entrega do bem correto. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer após esse prazo;

3.5.3 – Será considerado abandonado o produto que não for recolhido pela CONTRATADA em até 15 (quinze) dias corridos após a comunicação do CONTRATANTE;

3.5.4 – A Administração poderá dar a destinação que julgar conveniente ao produto abandonado em suas dependências;

3.5.5 – Caso a mercadoria apresente aspectos de perecimento, o CONTRATANTE efetuará o descarte sem qualquer dano ou prejuízo;

3.5.6 – A CONTRATADA deverá entregar todo o produto discriminado na Ordem de Fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento da obrigação.

3.6 – Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido contratualmente, obrigando-se a reparar aquele que apresentar incorreções, defeitos ou fora do prazo de validade, no prazo estabelecido no item 2.3.

3.7 – Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto.

IV – CLÁUSULA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

4.1 – O CONTRATANTE designará, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, servidor ou equipe de servidores com autoridade para exercer, como seu representante, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

4.2 – O CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar e acompanhar a execução do objeto sem que, de qualquer forma, restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto contratado, diretamente ou por preposto designado.

4.3 – A existência e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto contratado.

4.4 – À Equipe de Fiscalização e/ou Fiscal do Contrato compete, entre outras atribuições:

- a) Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter do CONTRATANTE, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- b) Manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica;
- c) Acompanhar e atestar a prestação dos serviços contratados e indicar a ocorrência de inconformidade desses serviços ou não cumprimento do contrato;
- d) Encaminhar à autoridade competente os documentos para exame e deliberação sobre a possível aplicação de sanções administrativas.

V – CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Além das demais obrigações assumidas neste contrato, a CONTRATADA compromete-se a:

- a) atender às requisições de fornecimento do CONTRATANTE nos prazos e condições fixados;
- b) responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao CONTRATANTE em virtude do descumprimento das condições fixadas;
- c) não transferir para outra empresa, no todo ou em parte, a execução do objeto;
- d) responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais, previdenciários e pelas obrigações sociais, todos previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- e) apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato;
- f) comunicar, formalmente, ao gestor do contrato, eventual atraso ou paralisação na execução do objeto, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE;
- g) indicar formalmente, preposto visando estabelecer contatos com o Gestor do Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- h) manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- i) cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- j) cumprir as demais obrigações previstas no Termo de Referência, inclusive em seu item 6.2.2.

VI – CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, além de outras estabelecidas ou decorrentes deste contrato:

- a) permitir à CONTRATADA o acesso de pessoal autorizado, aos locais para execução do objeto, se cabível, fornecendo-lhes as condições e as informações necessárias;
- b) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, com vistas ao seu adequado desempenho, anotando as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA sobre a ocorrência de quaisquer fatos que exijam a adoção de medidas corretivas;
- c) exigir da CONTRATADA, sempre que necessária a apresentação de documentação comprobatória da manutenção das condições que ensejaram sua contratação;
- d) designar servidor para atuar como Gestor do Contrato, visando ao acompanhamento e à fiscalização do contrato;
- e) atestar as notas fiscais, liquidar despesas e efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas no contrato;
- f) comunicar formalmente à CONTRATADA, qualquer anormalidade ocorrida na execução do contrato;
- g) efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos;

h) cumprir as demais obrigações previstas no Termo de Referência, inclusive em seu item 6.2.1.

VII – CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1 – A vigência deste contrato é até 31 de dezembro de 2024, contados da assinatura deste instrumento, para a entrega e recebimento definitivo dos produtos.

VIII – CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 – O pagamento será efetuado em parcela única, por ordem bancária, mediante a apresentação de nota fiscal eletrônica.

8.1.1 – As notas fiscais deverão ser emitidas com número do CNPJ qualificado no preâmbulo e encaminhadas ao Gestor do Contrato pelo e-mail: contabilidade@cacu.go.leg.br.

8.1.2 – No corpo da nota fiscal deverá ser especificado o objeto contratado e seus quantitativos.

8.1.3 – O pagamento a que se este item, necessariamente deverá respeitar a futura, a eventual e a parcelada aquisição do(s) bem(ns).

8.2 – O Gestor do Contrato, após verificar que o objeto foi entregue de acordo com as especificações contratuais, fará o empenho e liquidação da despesa em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, que será encaminhada à tesouraria para:

8.2.1 – Pagamento da despesa, a contar do empenho e liquidação da nota fiscal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.2.2 – Os prazos de que trata os itens 8.2 e 8.2.1, poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.2.3 – O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado.

8.3 – Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

8.4 – Deverá ser apresentada, concomitante à nota fiscal, a seguinte documentação:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA.

8.5 – Dos valores a serem pagos à CONTRATADA, serão abatidos, na fonte, os tributos federais, estaduais e municipais, na forma da lei.

8.5.1 – Caso a CONTRATADA goze de algum benefício fiscal, deverá, juntamente com a nota fiscal, encaminhar documentação hábil, ou, no caso de optante pelo Simples Nacional - Lei Complementar nº 123/2006, declaração nos termos do modelo constante de instrução normativa da Secretaria da Receita Federal.

8.6 – Poderá o CONTRATANTE, após efetuar a análise das notas fiscais, realizar glosas dos valores cobrados indevidamente.

8.6.1 – A CONTRATADA poderá apresentar impugnação à glosa, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.

8.6.2 – Caso a CONTRATADA não apresente a impugnação, ou caso o CONTRATANTE não acolha as razões da impugnação, o valor será deduzido da respectiva nota fiscal.

8.7 – O depósito bancário produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

IX – CLÁUSULA NONA – DO VALOR DO CONTRATO

9.1 – O valor total contratado fica fixado em **R\$ xx,xx (por extenso)**, conforme especificado na tabela do item 1.1 deste instrumento contratual.

9.2 – Os valores estabelecidos nesta cláusula incluem todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais previstos na legislação em vigor, incidentes direta ou indiretamente, bem como as despesas de quaisquer naturezas decorrentes da execução do contrato, sendo os valores fixos e irredutíveis.

9.3 – O CONTRATANTE poderá promover alterações contratuais, observadas as limitações constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, arts. 125 e 126.

X – CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A despesa decorrente desta licitação correrá à conta de recursos orçamentários da Câmara Municipal de Caçu, consignados em Órgão: Câmara Municipal de Caçu; Unidade: 01; 100 – Processo Legislativo; 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal; 3.3.90.30. Material de Consumo.

XI – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 – O contrato poderá ser alterado, unilateralmente, pela Administração, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

11.2 – Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

11.3 – A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

11.3.1 – O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3.2 – A resposta para o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro será dada à CONTRATADA no prazo de 90 (noventa) dias corridos, contado da protocolização.

XII – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

12.1 – No caso de eventual atraso no pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, poderá haver incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, *pro rata temporis*, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização.

12.1.1 – Para esse fim, será utilizada a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

12.2 – O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela CONTRATADA.

XIII – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1 – Em caso de descumprimento às regras deste contrato, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes penalidades:

a) advertência, aplicada em caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) multa moratória, nos seguintes termos:

b.1) 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de atraso na entrega dos produtos, até o limite de 30 (trinta) dias corridos. Após este prazo será considerada a inexecução total do contrato.

c) multa compensatória, nos seguintes termos:

c.1) de 20% sobre o valor da contratação, nos casos de inexecução parcial;

c.2) de 30% sobre o valor da contratação, no caso de inexecução total.

d) impedimento de licitar e contratar com o Município de Caçu, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicada em razão das seguintes ocorrências:

d.1) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado: Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Caçu pelo período de 04 (quatro) meses;

d.2) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Caçu pelo período de 12 (doze) meses;

d.3) dar causa à inexecução total do contrato: Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Caçu pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, aplicada em razão das seguintes ocorrências:

- e.1) apresentar declaração ou documentação falsa exigida durante a execução do contrato: Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
- e.2) praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
- e.3) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;
- e.4) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.

13.2 – As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente a sanção de multa.

13.3 – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

13.4.1 – O valor referente à multa poderá, antes dos procedimentos descritos no item acima, ser recolhido ao Tesouro da Câmara Municipal de Caçu através de procedimentos indicados pela tesouraria.

13.4.2 – O atraso no recolhimento de multas será corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

13.5 – É admitida a reabilitação CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observados os requisitos constantes no artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos

13.6 – A sanção por prestar declaração falsa durante a execução do contrato e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação da CONTRATADA, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.7 – As penalidades aplicadas serão cadastradas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da aplicação, na Transparência do CONTRATANTE e, a critério desta, em cadastros, dos diferentes entes federativos, cujo objetivo seja listar as empresas inidôneas, suspensas e punidas pela administração pública.

13.8 – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.8.1 – Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica alcançam não apenas os sócios de direito, mas também os sócios ocultos que exerçam de fato a gerência da pessoa jurídica" (TCU, Acórdão 229/2023 - Plenário).

13.9 – A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste contrato será realizada mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, cujos prazos para realização dos atos serão os previstos nos arts. 157, 158 e 159 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.10 – Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para o CONTRATANTE, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.11 – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

13.12 – A aplicação da multa não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

13.13 – As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

13.14 – A não manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA ao longo da execução do contrato, poderá ensejar rescisão contratual unilateral pelo CONTRATANTE, após regular procedimento administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, e ainda a aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

14.1 – Este contrato poderá ser rescindido a juízo do CONTRATANTE, com base nos arts. 106, inciso III e 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quando

entender que a CONTRATADA não está cumprindo de forma satisfatória as avenças estabelecidas, independentemente da aplicação das penalidades estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1 – Em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, art. 94, o contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo 20 dias úteis, contados da sua assinatura.

15.2 – O contrato também será publicado, na íntegra, e respeitadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados, na Transparência Pública do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – Para dirimir quaisquer conflitos oriundos deste contrato, é competente o foro da Comarca da cidade de Caçu/GO, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no que se refere a qualquer ação ou medida judicial originada ou referente ao instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – As partes contratantes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim definidos no parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

17.2 – Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como dos princípios de direito público.

17.3 – O CONTRATANTE não realizará operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos nem de outros tipos de cessão decorrentes deste contrato.

17.4 – A CONTRATADA assumirá, de forma exclusiva, todas as dívidas que venha a contrair com vistas ao cumprimento das obrigações oriundas deste contrato, ficando certo, desde já, que o CONTRATANTE não será responsável solidário.

17.5 – A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros inerentes à contratação deverão ser encaminhados diretamente ao Gestor do Contrato pelo e-mail: contabilidade@cacu.go.leg.br.

17.5.1 – Alterações nos e-mails apresentados no item anterior, serão comunicadas, por escrito, pelo Gestor, não acarretando a necessidade de alteração contratual.

17.6 – Os dados pessoais tornados públicos por este contrato deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

17.6.1 – O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao necessário para a realização de suas finalidades, sendo observados:

- a) a compatibilidade com a finalidade especificada;
- b) o interesse público;
- c) a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes este instrumento para todos os fins de direito.

Caçu/GO, xx de xxxx de 2024.

Ver. **ORLANDO OLIVEIRA SILVA**

Presidente da Câmara

Contratante

"Ed. Vicente de Sousa Lima"

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX

Contratada

Testemunhas:

Nome: _____ CPF: _____

Nome: _____ CPF: _____





CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

MÓDULO IV: MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO



**ANEXO ÚNICO
DO MÓDULO IV**

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) Nº XX/2024

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público / órgão público, inscrita no CNPJ: 24.858.722/0001-40, com sede na Rua Tibúrcio Siqueira Gama, nº 55, Setor Morada dos Sonhos, Caçu/GO - CEP: 75813-000, neste ato representada por seu representante legal, o Presidente **ORLANDO OLIVEIRA SILVA**, brasileiro, casado, aposentado, portador da CI-RG nº [REDACTED], inscrito no CPF sob nº [REDACTED], residente e domiciliado na [REDACTED], doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 002/2024 e atendendo as condições previstas no Edital nº 002/2024, sujeitando-se as partes às normas da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 outubro de 1988, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Resolução nº 01, de 25 de fevereiro de 2022, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e, em conformidade com as informações constantes do Processo CENTI nº 10/2024 resolve registrar os preços dos materiais descritos no item 2.1 desta Ata com a **EMPRESA** (_____), inscrita no CNPJ/MF sob o nº (_____), com sede na Rua (_____), nº (____), (cidade), Estado de (____), (CEP), neste ato representado pelo proprietário, (____), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da CI-RG nº (____), inscrito no CPF sob nº (____), residente e domiciliado na (____), (cidade), Estado de (____), (CEP) doravante denominada **DETENTORA**, mediante as disposições a seguir:.

I – DO OBJETO

1.1 – O objeto deste contrato consiste na futura e eventual aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros para a Câmara Municipal de Caçu, conforme as especificações e os quantitativos constantes no **MÓDULO I, Anexo Único (Termo de Referência) do Edital nº 002/2024**.

1.2 – As especificações constantes do Edital nº 002/2024, do Termo de Referência (MÓDULO I) do referido Edital e da Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial nº 002/2024 fazem parte deste instrumento, independentemente de transcrição.

1.2.1 – No caso de conflito, prevalecem as disposições constantes desta ARP.

II – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 – Para o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, os preços registrados, as especificações do objeto e as quantidades ofertadas na proposta são:

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
------	------	------	-----------	---------------	-------------	-------------



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

1	360	UN	ABACATE	Primeira qualidade, casca lisa, <i>in natura</i> ; com ausência de sujidades, parasitas e larvas, apresentando grau de maturação que permita sua manipulação, transporte e conservação em condições adequadas ao consumo.		
2	30	KG	ABACAXI PÉROLA	Deverá ser procedente de espécimes vegetais genuínos, frescos, ter atingido o grau máximo no tamanho, aroma e cor da espécie e variedade; estar livre de insetos e sujidades; não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica; deverão se apresentar intactos e firmes; não serão permitidas manchas, defeitos na casca, mofo e partes podres.		
3	40	PCT	ACHOCOLATADO 1ª LINHA	Em pó, embalagem com 750g, qualidade igual ou superior às marcas Toddy, Nescau, Garoto.		
4	150	PCT	AÇÚCAR	Pacotes de 5kg, tipo cristal.		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

5	4	UN	ADOÇANTE DIETÉTICO	Conteúdo líquido, mínimo de 100ml; composto 100% por xilitol, sucralose, taumatina e/ou stévia. Sem parabenos ou outro aditivo químico. Validade mínima: 2 anos no ato da entrega.		
6	576	UN	ÁGUA MINERAL COM GÁS	Acondicionada em pet de 500ml, com certificados de autorizações dos órgãos competentes e com validade para 12 meses.		
7	864	UN	ÁGUA MINERAL SEM GÁS	Acondicionada em pet de 500ml, com certificados de autorizações dos órgãos competentes e com validade para 12 meses.		
8	10	UN	AMIDO DE MILHO	Pacote com 500g, com identificação do produto e prazo de validade.		
9	120	PCT	BALA MACIA	Embalagem com 500g, qualidade igual ou superior às marcas Butter Toffees, Fini.		
10	60	KG	BANANA NANICA	<i>In natura</i> , apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

11	20	PCT	BATATA PALHA	Fina, sequinha e crocante. Produto obtido a partir do processamento da batata descascada, ralada tipo palha, íntegra e frita em óleo vegetal. Embalagem plástica de 1kg, reforçada, hermeticamente fechada, contendo rótulo com as informações nutricionais.		
12	240	PCT	BISCOITO DE POLVILHO DOCE	Embalagem com 200g. Polvilho azedo. Embalagem plástica, transparente, resistente, original de fábrica com identificação do produto, dos ingredientes, informações nutricionais, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade mínimo de 4 meses a contar da data de entrega.		
13	30	PCT	BISCOITO DOCE DE MAIZENA OU LEITE	Embalagem padronizada de 400g.		
14	80	PCT	BISCOITO DOCE TIPO ROSCA	Sabor coco embalagem padronizada de 800g.		
15	70	PCT	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER	Embalagem com 800g, qualidade igual ou superior à marca Mabel		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

16	50	PCT	BOMBOM	Chocolate em espécie, tipo bombom, embalagem plástica de 1kg, marcas igual ou superior à Garoto, Bon o Bon.		
17	290	PCT	CAFÉ	Pacotes de 500g, 1ª linha, qualidade igual ou superior às marcas Rancheiro, Rio Claro, São Thomaz, Vascafé.		
18	90	PCT	CANELA EM CASCA	Embalagem plástica transparente contendo marca do fabricante, data de fabricação e validade, contendo 500g.		
19	5	PCT	CANELA EM PÓ	Embalagem plástica, contendo marca do fabricante, data de fabricação e validade, com 10g.		





CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

20

60

KG

CARNE BOVINA
IN NATURA
MOÍDA

In natura, moída, de 1ª categoria, no corte patinho. Durante o processamento deve ser realizada a aparagem (eliminação dos excessos de gordura, cartilagem e aponevroses). A carne bovina moída no corte patinho deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Deverá conter no máximo 10% de gordura, ser isenta de cartilagens e de ossos. O produto não deverá apresentar superfície úmida, pegajosa, com manchas esverdeadas. Deverá ter cor, cheiro e sabor próprios. Constando obrigatoriamente registro no SIF, data de fabricação, prazo de validade e temperatura que deverá ser acondicionada.



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

21	20	PCT	CARNE DE FRANGO	Filé de Peito de Frango, congelado, não temperado, de primeira qualidade, isento de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Validade de no mínimo 3 meses, a partir da entrega. Em pacote de 1 kg.		
22	10	KG	CEBOLA EM CABEÇA	Produto de primeira linha, com casca protetora, tamanho médio a grande, com ausência de sujidades, parasitos e larvas.		
23	40	PCT	CEBOLINHA VERDE	<i>In natura</i> , folhas inteiras, frescas, coloração uniforme com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Produto de primeira linha, adequadas para o consumo. Embalagem de no mínimo 150g.		
24	3	UN	CHOCOLATE EM BARRA	Meio amargo, barra de 1kg.		
25	5	PCT	CHOCOLATE GRANULADO	Produto deverá ter validade mínima de 06 meses, a partir da data de fabricação. Embalagem de 500g.		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

26	100	UN	COCO RALADO	Desidratado, não acrescido de açúcar, parcialmente desengordurado, embalagem contendo 100g, com identificação do produto e prazo de validade.		
27	60	UN	CREME DE LEITE	Sem glúten. Embalagem: tetra pak, com identificação e procedência, código do produto, peso, data de fabricação e data de validade, 200g.		
28	50	UN	DOCE	Goiabada, marmelada ou marrom glace em barra. Embalagem de 500g.		
29	50	UN	DOCE DE LEITE EM PASTA	Composto de leite e açúcar, com validade mínima na data de entrega de 09 meses. Em embalagem plástica contendo 400g. Qualidade igual ou superior às marcas Italac ou Viçosa.		
30	50	UN	EXTRATO DE TOMATE	Concentrado, com 130g, produto resultante da concentração da polpa de tomate por processo tecnológico preparado com frutos maduros e selecionados.		
31	80	UN	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL	Embalagem contendo 1kg, com identificação do produto, marca do		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				fabricante e prazo de validade,		
32	5	PCT	FEIJAO TIPO CARIOQUINHA	Tipo 1, grãos novos, inteiros e são, de cor característica, maduros, limpos e secos, de produção de última safra. Isento de detritos animais ou vegetais, insetos, matéria terrosa, parasitas, grãos ou pedaços de grãos avariados, partidos, quebrados, mofados, germinados, carunchados, imaturos, danificados por insetos, manchados, enrugados, descoloridos, amassados e isentos de matérias estranhas como grãos ou sementes de outras espécies. Embalagem contendo 1kg.		
33	30	UN	FERMENTO BIOLÓGICO	Seco instantâneo, utilizado na elaboração de panificação e massas. Embalagem com 10g.		
34	45	UN	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO	Fermento para bolo, em embalagem plástica ou lata de 250g.		
35	40	UN	FUBÁ	Aspecto físico em pó, cor amarela, matéria-prima de milho, tipo mimoso, embalagem de 1 kg.		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

36	50	UN	GELATINA EM PÓ	Produto com açúcar, embalagem contendo 30g, com identificação do produto e prazo de validade. Sabores variados: limão, morango, uva, maracujá, <i>tutti frutti</i> , framboesa.		
37	5	UN	GELATINA EM PÓ SEM SABOR	Sem sabor, incolor. Embalagem contendo 24g, com identificação do produto e validade.		
38	100	UN	IOGURTE NATURAL	Componentes com polpa ou pedaços de fruta. Embalagem de 1 litro. Qualidade igual ou superior às marcas Nestle, Canto de Minas.		
39	80	UN	KETCHUP TRADICIONAL	Embalagem de 567g, com identificação do produto e prazo de validade. Qualidade igual ou superior à marca Heinz.		
40	60	KG	LARANJA PERA RIO	Laranja pera de primeira, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes; tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida; isenta de sujidades, parasitas e larvas;		
41	81	UN	LEITE CONDENSADO TRADICIONAL	Caixa com 27 unidades de 395g cada, com identificação do produto e prazo de validade.		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

42	30	UN	LEITE DE COCO	Tradicional, embalagem contendo 200ml, com identificação do produto e prazo de validade. Ingredientes: leite de coco modificado, pasteurizado e homogeneizado. Reduzido teor de gordura.		
43	25	UN	LEITE EM PÓ	Integral, instantâneo, contendo vitaminas (“a”, “c” e “d”) e pirofosfato férrico. Embalagem em lata com 400 g, com descrição dos produtos e data de validade. Sem glúten. Qualidade igual ou superior às marcas Piracanjuba ou Italc.		
44	120	CX	LEITE UHT	Leite líquido, integral, tipo longa vida, com identificação do produto e prazo de validade. Embalagem: tetra pack, caixa com 12 unidades.		
45	38	KG	MAÇÃ NACIONAL	De primeira qualidade, tipo Fuji, vermelha, <i>in natura</i> , apresentando grau de maturação, tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				consumo; com ausência de sujidades, parasitas e larvas.		
46	70	UN	MAIONESE TRADICIONAL	Embalagem contendo 500g, com baixo teor de gordura, com identificação do produto e prazo de validade. Qualidade igual ou superior às marcas Heinz ou Hellmann's.		
47	30	KG	MAMÃO FORMOSA	De primeira qualidade, <i>in</i> <i>natura</i> , tipo formosa, apresentando grau de maturação, condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.		
48	100	UN	MANTEIGA DE LEITE COM SAL	De primeira qualidade, obtida do creme de leite (nata), pasteurizado e maturado, com sal. Embalagem com 500g, com dados de identificação, data de fabricação e validade de, no mínimo, 4 meses.		
49	80	UN	MARGARINA VEGETAL	Cremosa, com sal, em embalagem de 500g. Prazo de validade de, no mínimo, 6 meses a partir da entrega do produto.		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

50	90	UN	MELANCIA	De tamanho regular, de primeira qualidade, casca lisa, graúda, livre de sujidades, parasitas e larvas. Tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta, pesando entre 10 a 12 kg cada.		
51	60	UN	MILHO DE PIPOCA	Embalagem com 500g, com descrição e com prazo de validade.		
52	10	PCT	MILHO PARA CANJICA	Milho branco ou amarelo para canjica, classe tipo 1. Isento de sujidades, parasitas, larvas. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega. Embalagem com 500g, com identificação, data de fabricação e prazo de validade.		
53	35	UN	MILHO VERDE	Em conserva, embalagem em lata contendo 280g.		
54	75	UN	MISTURA PARA BOLO	Composta de farinha de trigo especial, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido de milho, fermento químico. Sabores: chocolate, laranja, tradicional. Qualidade igual ou superior à marca Anita. Embalagem com 390g.		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

55	30	UN	MOLHO DE TOMATE	Sabor pizza. Embalagem com 340g. Validade de no mínimo 120 dias.		
56	80	UN	ÓLEO DE SOJA	Refinado, comestível, embalagem transparente contendo 900ml.		
57	150	DZ	OVOS DE GALINHA IN NATURA	Classe A, de primeira qualidade. Produto fresco de ave galinácea, tipo grande, íntegro, sem manchas ou sujidades. De cor, odor ou sabor normais. Proveniente de avicultor com inspeção oficial, devendo atender às exigências do regulamento interno de inspeção de produtos de origem animal.		
58	150	PCT	PÃO DE FORMA	Tipo tradicional, peça fatiada, pacote com 500g, contendo data de fabricação e validade.		
59	10	PCT	PÃO DE QUEIJO CONGELADO	Produto deve apresentar textura com aspecto próprio (não amolecido e nem pegajoso), cor própria sabor e odor característicos, com ausência de sujidades. Os pães de queijo deverão ser modelados uniformemente com peso de 40 gramas cada pão de queijo.		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				Devendo o produto ser entregue congelado. A data de fabricação deverá ser recente ao ato da entrega. Embalagem com 4kg.		
60	30	KG	PIMENTA VERDE	Produto de primeira linha, sem deformações e contaminações, consistência firme, sem indícios de germinação. Grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte, condições adequadas para o consumo.		
61	90	PCT	POLVILHO AZEDO TIPO 1	Embalagem de 1kg, branco, com validade mínima de 6 meses na data da entrega. O produto deve estar isento de sujidades e outros materiais estranhos.		
62	50	KG	POLVILHO DOCE TIPO 1	Embalagem de 1kg, branco, com validade mínima de 6 meses na data da entrega. O produto deve estar isento de sujidades e outros materiais estranhos.		
63	44	KG	PRESUNTO	Fatiado de primeira qualidade, sem gordura aparente, resfriado, acondicionado em embalagem de plástico atóxico, contendo nome do produto, peso líquido, data de		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				fabricação e prazo de validade.		
64	50	KG	QUEIJO BRANCO FRESCO	Typo coalho; produzido, embalado e entregue em conformidade com a legislação sanitária vigente. Validade mínima de 90 dias a contar da data de entrega. Com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem de 1kg.		
65	44	KG	QUEIJO MUSSARELA	De primeira qualidade, fatiado, fresco, com perfeitas condições sanitárias, em condição adequadas para o consumo, com ausência de sujidades e odores.		
66	30	KG	QUEIJO RALADO	Ralado, tipo minas ou minas padrão, meia cura. Obtido do leite pasteurizado, sem maturação, embalado individualmente, em plástico transparente, atóxico, limpo, não violado, com rótulo impresso. A embalagem de 1kg deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				de lote, data de validade, quantidade do produto.		
67	150	FA	REFRIGERANTE COLA	Gaseificado, sabor cola, açúcar, cafeína, corante caramelo e aroma natural. Embalagem plástica resistente de 2 litros com 6 unidades. Qualidade do produto igual ou superior à da marca Coca-Cola.		
68	50	FA	REFRIGERANTE COLA ZERO AÇÚCAR	Gaseificado, sem açúcar, sabor cola, cafeína, corante caramelo e aroma natural. Embalagem plástica resistente de 2 litros com 6 unidades. Qualidade do produto igual ou superior à da marca Coca-Cola.		
69	40	FA	REFRIGERANTE GUARANÁ	Gaseificado, sabor guaraná, embalagem plástica resistente de 2 litros com 6 unidades. Qualidade do produto igual ou superior à marca Antarctica.		
70	20	FA	REFRIGERANTE LARANJA	Gaseificado, sabor laranja, embalagem de plástica de 2 litros com 6 unidades. Qualidade do produto igual ou superior à da marca Fanta.		
71	10	PCT	ROSCA MASSA CONGELADA	Embalagem contendo 2,5kg. Massa de rosca		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				trançada para assar, congelada.		
72	10	PCT	SAL REFINADO	Iodado, embalagem própria, 1 kg, com identificação do produto, marca, peso líquido e prazo de validade.		
73	5	PCT	SALSICHA	Congeladas. As salsichas deverão ter o peso unitário de 40g a 50g, acondicionadas em embalagem a vácuo, transparente, atóxica, resistente ao transporte e armazenamento, contendo peso líquido de 5kg por embalagem. O produto não deverá apresentar superfície úmida, pegajosa, ou partes flácidas ou consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. Validade não inferior a 06 meses. Na entrega do produto deverá ter data de fabricação máxima de 30 dias.		
74	120	UN	SUCO	Pronto, embalagem pet, com concentrado de frutas, líquido, aroma natural de frutas, acondicionado em embalagem de 2 litros, sabores variados, qualidade		



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

				igual ou superior as marcas Life ou Natural One.		
75	75	UN	SUCO	Néctar de frutas pronto para beber, embalagem tetra pack de 1.000ml. Sabores variados: caju, goiaba, laranja, manga, maracujá, pêssego, uva, morango, etc. O néctar de frutas deve conter entre os ingredientes: água, polpa de fruta (acima de 55%), açúcar, aroma natural. Não conter: conservadores, glúten, quantidade significativa de proteínas, gorduras totais, gorduras saturadas e gorduras trans. Produto não fermentado e não alcoólico. Qualidade igual ou superior à da marca Del Valle.		
76	20	KG	TOMATE	Produto de primeira linha, <i>in natura</i> , tamanho médio, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.		
TOTAL GERAL						

III – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – A ARP terá validade até 31 de dezembro de 2024, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogada, desde que comprovado que o preço é vantajoso, mediante pesquisa de preços, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.1.1 – Caso haja prorrogação, o prazo da ARP não poderá exceder dois (02) anos.

IV – DO VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 – O valor estimado para cobrir as despesas relativas a este instrumento é de R\$ **XX.XXX,XX (Preço por extenso)**, conforme discriminado na Cláusula II (Dos Preços, Especificações e Quantitativos) deste instrumento.

V – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 – As despesas com a execução desta ata, destinados ao ÓRGÃO GERENCIADOR, correrão à conta de recursos orçamentários do Legislativo Municipal de Caçu, consignados no Plano Orçamentário do ano de 2024: Órgão: Câmara Municipal de Caçu; Unidade: 01; 100 – Processo Legislativo; 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal; 3.3.90.30. Material de Consumo.

VI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá aplicar as penalidades descritas nesta ARP e no Termo de Referência, observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme a seguir:

6.1.1 – penalidade de impedimento de licitar e contratar o Município de Caçu, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, em razão das seguintes ocorrências:

a) ensejar o retardamento da execução da ARP ou da entrega do objeto sem motivo justificado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 04 (quatro) meses;

b) dar causa à inexecução parcial do pedido decorrente da ARP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Caçu pelo período de 12 (doze) meses;

c) dar causa à inexecução total do pedido decorrente da ARP: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Caçu pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

6.1.1.1 – A penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Caçu não poderá ser aplicada cumulativamente com a declaração de inidoneidade.

6.1.2 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, aplicada em razão das seguintes ocorrências:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida durante a vigência da ata: Pena - declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

b) praticar ato fraudulento durante a vigência da ata: Pena - declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena - declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;

d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013: Pena - declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.

6.1.2.1 – A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada pela autoridade máxima do ÓRGÃO GERENCIADOR.

6.2 – As demais sanções aplicáveis durante a execução desta ARP obedecerão ao disposto na Cláusula Décima Terceira (13ª) do instrumento contratual.

6.3 – As sanções descritas nesta cláusula se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

VII – DO CADASTRO RESERVA

7.1 – A habilitação das licitantes que compuserem o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de convocação, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

VIII – DO CONTROLE DE ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS

8.1 – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou por fato que eleve os custos dos bens registrados, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ARP tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d”, do inciso II, do *caput*, do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou,

c) na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2 – Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores a negociarem a redução dos preços aos valores de mercado.

8.3 – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

8.3.1 – Na hipótese do item 8.3, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

8.3.2 – Se não obtiver êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR procederá ao cancelamento da ARP, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

8.4 – Ainda na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao registrado e a DETENTORA ou as demais empresas participantes do cadastro de reserva não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ARP, será facultado ao fornecedor requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.4.1 – Para fins do disposto no item 8.4, A DETENTORA encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.4.1.1 – Na hipótese de comprovação de fato superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado, por meio de pesquisa realizada com base no art. 23, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4.1.2 – Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e a DETENTORA fica obrigada a cumprir as obrigações estabelecidas na ARP, sob pena de cancelamento do seu registro e não da ARP, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/.

8.4.1.3 – Na hipótese de cancelamento do registro da DETENTORA, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observadas as condições de habilitação.

IX – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA DETENTORA DA ATA

9.1 – O registro da DETENTORA será cancelado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR quando o fornecedor:

- a) descumprir as condições da ARP sem motivo justificado;
- b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 8.4.1.2;
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III (impedimento de licitar e contratar) ou IV (declaração de idoneidade), do *caput*, do art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.1.1 – Na hipótese prevista na alínea “d”, do item 9.1 (declaração de idoneidade), caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ARP, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ARP enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2 – O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nesta cláusula será formalizado por despacho do ÓRGÃO GERENCIADOR, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.1.3 – Na hipótese de cancelamento do registro da DETENTORA, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá convocar as licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

X – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1 – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, em determinada ARP, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto nos itens 8.3.2 e 8.4.1.2.

XI – DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 – Em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, art. 174, o presente instrumento será publicado no PNCP e no sítio eletrônico do ÓRGÃO GERENCIADOR.

XII – DO FORO

12.1 – Para dirimir quaisquer conflitos oriundos desta ata, é competente o foro da Comarca da cidade de Caçu/GO, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no que se refere a qualquer ação ou medida judicial originada ou referente a este instrumento.

XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 – A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros inerentes à DETENTORA deverá ser encaminhada diretamente ao Gestor do Contrato pelo e-mail fornecido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

13.2 – As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Instrumento Contratual.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes este instrumento para todos os fins de direito.

Caçu/GO, xx de xxxx de 2024.

Ver. **ORLANDO OLIVEIRA SILVA**
Presidente da Câmara



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX

Contratada

Testemunhas:

Nome: _____ CPF: _____

Nome: _____ CPF: _____





CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

MÓDULO V: PARECER DE ANÁLISE DE AMOSTRAS



**ANEXO ÚNICO
DO MÓDULO V**

PARECER DE ANÁLISE DE AMOSTRAS

A Comissão de Contratação e Equipe de Apoio reunidos para avaliar a(s) amostra(s) do produto 'café' do processo licitatório Pregão Presencial nº 002/2024, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros para a Câmara Municipal de Caçu/GO. A justificativa para a análise está especificada no item 9.16 do Edital nº 002/2024 e os critérios de análise são as especificações do produto condizentes e/ou similares ao solicitado no Módulo I, Anexo Único (Termo de Referência) do Edital, conforme segue:

ITEM: 17		ESPECIFICAÇÃO: CAFÉ - Pacotes de 500g, 1ª linha, qualidade igual ou superior às marcas Rancheiro, Rio Claro, São Thomaz, Vascafé.			
EMPRESA		ENVIU AMOSTRA?	MARCA	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					

A avaliação de amostras é uma das alternativas de que dispõe o gestor público para assegurar a eficácia da contratação, tendo como objetivo verificar a aderência do produto ofertado aos requisitos de qualidade e desempenho estabelecidos no instrumento convocatório.

